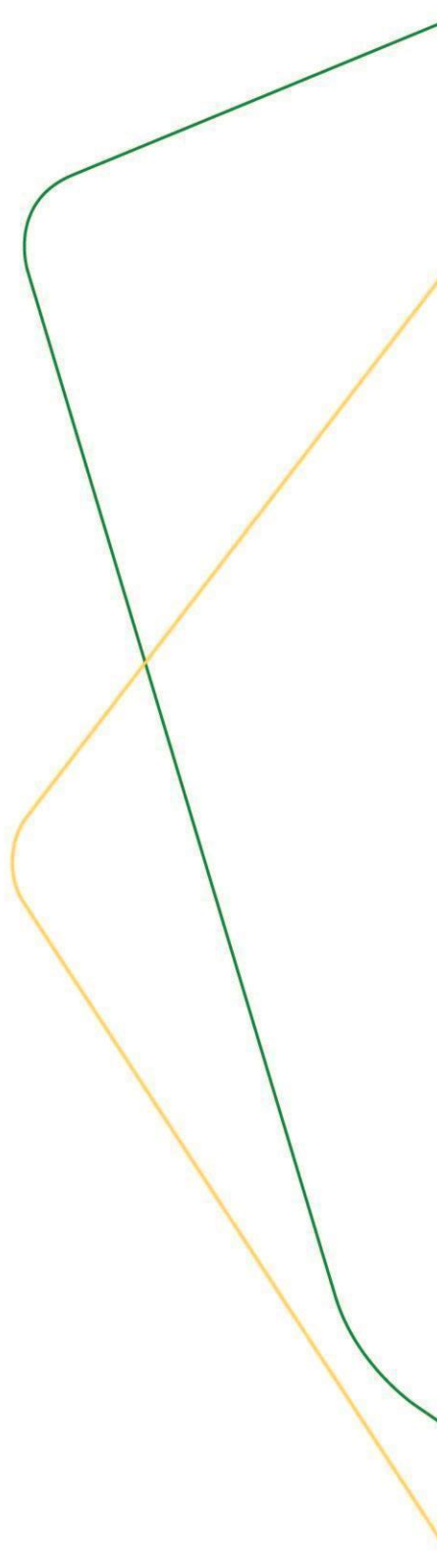


Relatório de Monitoramento e Avaliação - 2023



Relatório de Monitoramento e Avaliação outubro de 2022 a setembro de 2023



*Processo IBAMA nº 02022.002921/2009-21
Contrato Petrobras nº5900.0116052.20.2
Revisão 00
6 de novembro/2023*

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	5
1.1 REDEFININDO A GESTÃO DE INFORMAÇÕES	6
1.2 INDICADORES TERRITORIAIS, TEMÁTICOS E ORGANIZACIONAIS.....	7
2. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROJETO REDES	
8	
2.1 MONITORAMENTO DAS ATIVIDADES.....	8
2.2 INDICADORES TERRITORIAIS.....	11
2.3 INDICADORES TEMÁTICOS	17
2.4 INDICADORES ORGANIZACIONAIS	26
3. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS DA ETAPA	
4 DO PRÉ-SAL NA BACIA DE SANTOS: ANGRA DOS REIS, CARAGUATATUBA	
E ILHABELA.....	26
3.1 INTRODUÇÃO	27
TERRITÓRIO E VIDA EM FACE DO NEOEXTRATIVISMO.....	28
METODOLOGIA PARA A AVALIAÇÃO DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	30
3.2 ANÁLISE DO PERFIL DOS PARTICIPANTES DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	31
3.2.1 ACOMPANHAMENTO DOS ENCONTROS PREPARATÓRIOS DO PROJETO REDES.....	31
3.2.2 A MOBILIZAÇÃO POPULAR PARA AS AUDIÊNCIAS	33
3.2.3 AS LISTAS DE PRESENÇA	33
3.2.4 ANÁLISE DO PERFIL DOS PARTICIPANTES	35
3.2.5 ANÁLISE DO PERFIL DOS PARTICIPANTES QUE FIZERAM INTERVENÇÃO NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	37
3.3 ANÁLISE DA ABRANGÊNCIA TERRITORIAL.....	40

3.4 ANÁLISE DAS ORGANIZAÇÕES COMUNITÁRIAS PRESENTES.....	44
3.5 ANÁLISE TEMÁTICA.....	45
3.5.1 APROFUNDAMENTO DE ALGUNS TEMAS A PARTIR DE TRECHOS DESTACADOS	49
3.5.2 PROBLEMAS APRESENTADOS NAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS	55
3.6 CONCLUSÕES	57
3.6.1 O PAPEL DO PROJETO REDES NA QUALIFICAÇÃO DAS INTERVENÇÕES	57
3.6.2 QUESTÕES PARA DEBATE	59
3.6.3 DIÁLOGO SOBRE OS APONTAMENTOS DO IBAMA.....	62

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



1. Introdução

Uma das principais frentes de trabalho do GT Pesquisa em 2023 foi o monitoramento e avaliação. São duas atividades importantes na gestão de projetos. Elas estão relacionadas, embora com focos e objetivos diferentes.

O monitoramento é uma atividade contínua que envolve a coleta e o tratamento sistemático e regular de informações de um projeto. O objetivo é verificar se as atividades estão sendo implementadas conforme o planejado e se os resultados estão sendo alcançados de forma efetiva. O monitoramento deve permitir correções e ajustes ao longo do processo de trabalho, daí a necessidade de ser realizado de forma contínua e permanente.

A avaliação, por sua vez, é uma atividade mais pontual e específica, que envolve uma análise crítica e sistemática do projeto, com o objetivo de determinar seu impacto e sustentabilidade. A avaliação deve levar em conta os objetivos mais globais, mesmo quando considera as diferentes etapas e o alcance parcial desses objetivos.

Um dos principais avanços obtidos no último ano de trabalho do GT Pesquisa foi o de melhorar a realização do monitoramento e avaliação do Projeto Redes, a partir da melhoria das formas de registro das atividades e da elaboração de indicadores de avaliação.

Realizamos uma análise dos dados de monitoramento dos dois primeiros anos e sugerimos uma mudança na forma de registro das atividades. Adotamos um formulário eletrônico para o registro de todas as atividades a partir de março de 2023, o que nos permitiu uma análise mais detalhada das atividades com diversas variáveis.

A partir dos relatórios dos dois primeiros anos de projeto e da planilha de registro das atividades, construímos uma tabela síntese sobre o desenvolvimento do projeto nos dois primeiros anos, com a indicação sobre a entrada nas comunidades e o desenvolvimento de temas. Essa tabela foi acrescida de outras variáveis que permitem gerar indicadores sobre o desenvolvimento do Projeto Redes em cada comunidade.

Para o período de outubro de 2022 a setembro de 2023, levantamos os dados de cinco meses (out/2022 a fev/2023), a partir da leitura dos relatórios mensais de cada mesoterritório, para produzir um panorama completo do

desenvolvimento do projeto com indicadores territoriais, temáticos e organizacionais.

Uma atividade de monitoramento e avaliação foi feita a partir da análise da participação comunitária nas audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal, realizadas em Angra dos Reis, Caraguatatuba e Ilhabela. Consideramos um momento importante para avaliar o papel do Projeto Redes em “desenvolver processos formativos para subsidiar a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais”, como prevê a Linha A dos PEA (Ibama, 2010). Essa demanda se mostrou ainda mais necessária após os questionamentos do Ibama no parecer sobre o 2º Relatório Anual, apresentado em agosto de 2023.

O parecer do Ibama afirmou que a participação do público do projeto nas Audiências Públicas da Etapa 4 do Pré-sal poderia ser um indicador sobre a efetividade do processo formativo. Esperamos com a presente análise trazer elementos para uma outra interpretação mais completa sobre a participação comunitária e dos educadores, contextualizada no complexo processo de mobilização em torno de um evento como a audiência pública, com seus limites próprios, e de formação para a incidência no licenciamento.

Apresentaremos nos capítulos seguintes de forma separada o monitoramento e avaliação das atividades do Projeto Redes e a participação comunitária nas audiências públicas da Etapa 4 o Pré-sal. Apresentaremos também as planilhas com o monitoramento das atividades (3º ano) e da situação do Projeto Redes nas 111 comunidades, que serviram de base para a elaboração do relatório.

1.1 Redefinindo a gestão de informações

Em fevereiro de 2023, realizamos um levantamento das informações disponíveis na gestão do Projeto Redes que podiam ser monitoradas e avaliadas, sobretudo dados quantitativos referentes às ações realizadas ao longo do projeto até o momento.

A análise das planilhas e o diálogo entre o GT Pesquisa e a Secretaria Executiva resultou na proposta de revisão dos registros das atividades no

âmbito do Projeto Redes, com o objetivo de racionalizar processos, simplificar o trabalho e gerir melhor as informações.

A proposta consistiu na utilização de um formulário (Google Forms) no qual passaram a ser registradas todas as atividades, com os dados referentes a data, local, comunidade(s) envolvida(s), micro e mesoterritório, responsável, número e perfil dos participantes, tema(s) e outros. O formulário comporta também os textos de descrição e avaliação das atividades, que podem ser nele inseridos, bem como anexos (listas de presença, imagens etc.). O formulário alimenta automaticamente uma planilha, de onde é possível extrair informações para compor os indicadores de monitoramento e avaliação.

O preenchimento dos dados no formulário não substitui a produção dos relatórios textuais, que terão seu lugar no próprio formulário eletrônico. Relatórios textuais podem trazer informações extraídas da tabela gerada pelo formulário. Fazer o caminho inverso é que se verificou bastante trabalhoso.

Se as informações ficam todas vinculadas a cada atividade especificamente, é possível cruzar as variáveis de análise, identificando padrões e tendências que podem orientar os ajustes necessários com antecipação. Quando os resultados estão todos agregados (Exemplo: total por mesoterritório), eles acabam por não mostrar os detalhes, dificultando as correções necessárias.

A adoção do formulário simplificou a organização da informação, permitindo aos educadores e coordenadores encontrarem reunidas numa planilha as informações que de outro modo estariam dispersas em vários relatórios. A otimização do processo permite ainda que o monitoramento e a avaliação, realizadas no âmbito do GT Pesquisa, possam subsidiar o trabalho das coordenações com análises sistemáticas sobre o trabalho realizado. E certamente facilitaram bastante a elaboração de indicadores, gráficos, relatórios e produtos.

1.2 Indicadores territoriais, temáticos e organizacionais

Sobre os indicadores, sugerimos diferenciar alguns *indicadores de processo*, para avaliar a realização das atividades previstas no projeto, e *indicadores de resultados*, para analisar o impacto das ações desenvolvidas no que se refere ao fortalecimento das organizações comunitárias, à

participação qualificada no processo de licenciamento e à mitigação dos impactos ambientais da exploração de petróleo e gás offshore.

Consideramos três principais enfoques para os indicadores: 1) *indicadores territoriais*, para avaliar a concentração/dispersão das atividades em determinados territórios e comunidades e a atuação do Projeto Redes nos diferentes territórios; os *indicadores temáticos*, com a descrição das atividades classificadas por temas; e os *indicadores organizacionais*, para reunir informações sobre o envolvimento das organizações comunitárias nas atividades.

2. Monitoramento e avaliação das atividades do Projeto Redes

Para elaborarmos indicadores de monitoramento e avaliação do Projeto Redes, vimos a necessidade de compreender a dinâmica da gestão das informações no âmbito do projeto. Após a análise das formas de registro das atividades, descrita na introdução, procuramos entender a natureza dos processos internos do projeto, identificando os diferentes campos de atuação do Projeto. Tomamos como ponto de partida que existem muitas informações e conhecimentos dispersos que precisariam ser alinhados de uma forma que permita um acúmulo e uma comunicação entre eles. Para isso, buscamos simplificar os registros para juntá-los em bases agregadas de dados.

Retomamos uma das perguntas do Plano de Pesquisa: o que monitorar e avaliar? De forma sintética, podemos dizer que o Projeto Redes se desenvolve através de 1) atividades, 2) comunidades/territórios, 3) temas, 4) organizações e 5) pessoas, constituindo então cinco formas de registro que devem de alguma forma se comunicar para que possamos monitorar e avaliar o desenvolvimento do trabalho a cada etapa. Neste terceiro ano de Projeto Redes conseguimos avançar no registro de cada uma dessas dimensões do trabalho realizado. Vamos apresentar os resultados separadamente para cada uma delas.

2.1 Monitoramento das atividades

As ações territorializadas realizadas em campo pelos educadores estão distribuídas entre visitas de convivência, reuniões de comissões de base,

reuniões de comissões de micro, meso e macroterritórios, ações formativas (comunitárias ou agrupadas), intercâmbios/partilhas, reuniões de articulação interinstitucional e reuniões de Núcleos de Acompanhamento (Tempo Comunidade do curso Maré de Saberes). Outras atividades, que não se enquadram nessas categorias previstas no plano de trabalho, devem ser registradas e contabilizadas, como equivalentes a algumas das categorias previstas.

Temos ainda as reuniões de CPP e OFPC, os módulos presenciais dos cursos (Tempo Escola), as reuniões de blocos temáticos, as reuniões de equipe de Micro e Mesoterritório, o colegiado, o Núcleo Gestor Político Pedagógico e as reuniões de Grupos de Trabalho, além de outras atividades eventuais voltadas para o planejamento. Para essas atividades, a informação sobre a localização não é tão importante, embora seja desejável que as reuniões presenciais possam ter uma alternância na escolha dos locais, o que tem se verificado ao longo do projeto.

O primeiro esforço na abordagem das atividades foi o de tentar uniformizar a forma de registro das atividades através de um formulário eletrônico cujos campos pudessem trazer informações quantitativas e qualitativas para serem analisadas. Na seção 1 (Introdução) explicamos como eram os registros antes de fevereiro de 2023 e como eles foram modificados. Considerando o tamanho da equipe e a diversidade territorial do projeto, os primeiros meses de uso do formulário foram de adaptação e alguns ajustes foram feitos para facilitar o preenchimento. Com a apresentação dos resultados no 3º Relatório Anual e o compartilhamento com a equipe esperamos chegar a um ganho de consciência sobre a importância dos registros para o monitoramento e aos ajustes que simplifiquem as respostas de modo a chegarmos de forma mais objetiva nas principais informações.

Com a planilha preenchida com todas as atividades realizadas entre março e setembro de 2023, fizemos uma recuperação dos dados das atividades de outubro de 2022 a fevereiro de 2023 a partir da leitura dos relatórios mensais de atividades e das agendas quinzenais, de modo a completar a tabela principal. Também corrigimos eventuais erros de preenchimento, principalmente relacionados a data, localização e tipo de atividade. Algumas atividades registradas de forma duplicada tiveram suas informações reunidas em um único registro. Atividades como visitas de

convivência com múltiplas localidades foram desmembradas em mais de uma, considerando que cada visita em uma comunidade constitui uma atividade única, mesmo ocorrendo no mesmo dia. As atividades registradas nos relatórios mensais sem a data precisa foram instituídas como tendo ocorrido no primeiro dia de cada mês, para que se conseguisse padronizar a coluna Data de Referência, que na maioria dos casos corresponde à data de realização da atividade. Nos casos de atividades de mais de um dia de duração foi adotado o primeiro dia de atividade como Data de Referência.

A partir dos campos iniciais, contidos no formulário, incluímos novos campos com informações resumidas a partir da descrição das atividades. Esse esforço de síntese foi focado principalmente na identificação dos tipos de atividade, dos temas principais, das comunidades envolvidas e das organizações comunitárias envolvidas, variáveis que nos permitem produzir os indicadores territoriais, temáticos e organizacionais da execução do projeto. Um dos resultados dessa análise é já apontar a necessidade de criação de campos mais sintéticos no formulário para cada uma dessas variáveis, de modo a diminuir o tempo de trabalho na padronização da tabela.

Foram ao todo 527 ações territorializadas registradas (que não incluem as reuniões de CPP, OFPC, Blocos temáticos, reuniões de equipe e de GTs e o tempo escola do curso Maré de Saberes). Deste total, tivemos 44 Ações Formativas Agrupadas, 13 Ações Formativas Comunitárias, 68 Reuniões de Articulação Interinstitucional, 110 Reuniões de Comissão de Base, 18 Reuniões de Comissão de Microterritório, 76 Reuniões de Mesoterritórios, 5 Reuniões de Macroterritório, 14 Intercâmbios/Partilhas e 178 Visitas de Convivência.

Tabela 1: Total de atividades, por tipo (out/22 a set/23)

Tipo de atividade	Total
Ação Formativa Agrupada	44
Ação Formativa Comunitária	14
Reunião de articulação Interinstitucional	68
Reunião de Comissão de Base	110
Reunião de Comissão de Macroterritório	5
Reunião de Comissão de Mesoterritório	76
Reunião de Comissão de Microterritório	18
Intercâmbio/Partilha	14
Visita de Convivência	178
Total Geral	527

Fonte: Planilha de monitoramento das atividades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Com a base de dados organizada, podemos gerar as informações agregadas por mês de realização, por mesoterritório, por comunidades, temas e blocos temáticos. Essa análise nos permite direcionar melhor o trabalho a ser realizado pelas equipes. Em relação à distribuição das atividades nos meses do ano (out/22 a set/23), notamos um aumento considerável nas atividades no segundo semestre do 3º ano de projeto, marcado pelas atividades do Tempo Comunidade do curso Maré de Saberes e por atividades complexas como Ações Formativas e Intercâmbios/Partilhas. Essa diferença também expressa a maior capacidade de registro das atividades com a difusão do uso do formulário pela equipe, que tende a trazer mais informações do que aquelas contidas nos relatórios textuais mensais.

Tabela 2: Total de atividades, por tipo e por mês (out/22 a set/23)

	2022			2023									Total
Tipo de atividade	out	nov	dez	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	
Ação Formativa Agrupada		3			1	4	4	4	8	7	8	5	44
Ação Formativa Comunitária		1					2	1	2	3	2	3	14
Articulação Institucional	4	6	1	1	2	7	5	9	5	7	14	7	68
Comissão de Base	3	15	2	4	14	10	9	9	8	9	17	10	110
Comissão de Macroterritório								3	2				5
Comissão de Mesoterritório	3	5			5	11	9	7	6	10	13	7	76
Comissão de Microterritório		1	1	1		2	3	1	1	1	4	3	18
Intercâmbio/Partilha						2			4	3	2	3	14
Visita de Convivência	1	26	61	5	5	14	4	9	6	4	18	25	178
Total Geral	11	57	65	11	27	50	36	43	42	44	78	63	527

Fonte: Planilha de monitoramento das atividades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

2.2 Indicadores territoriais

Em relação às comunidades, estamos falando de *indicadores territoriais*. a partir da localização e das comunidades abrangidas em cada atividade, podemos avaliar a concentração/dispersão das atividades em determinados territórios e comunidades e a atuação do Projeto Redes nos diferentes territórios (entrada do projeto, desenvolvimento de temas geradores, participação na Rede de Formação Socioambiental, dentre outras variáveis).

Tabela 3: Número de atividades, por tipo e por meso (out/22 a set/23)

Tipo de atividade	RJ	Inter	SP	RJ, Inter	Inter, SP	3 Mesos	Total
Ação Formativa Agrupada	11	17	9	2	2	3	44
Ação Formativa Comunitária	7	4	2			1	14
Articulação Institucional	18	22	25	1	1	1	68
Comissão de Base	47	27	34		1	1	110
Comissão de Macroterritório		2	3				5
Comissão de Mesoterritório	36	25	10	3	1	1	76
Comissão de Microterritório	5	5	7	1			18
Intercâmbio/Partilha	4	4	1	4		1	14
Visita de Convivência	49	58	71				178
Total Geral	177	164	162	15			527

Fonte: Planilha de monitoramento das atividades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

A distribuição do total de atividades por cada mesoterritório indica uma distribuição regular entre os mesos. O Meso SP se destaca com maior número de visitas de convivência e reuniões de articulação interinstitucional realizadas, o Meso Inter realizou mais Ações Formativas e o Meso RJ mais reuniões de comissões de base e mesoterritório. Essas diferenças não chegam a ser significativas e indicam as características próprias que o trabalho assume em cada meso, mas podem orientar as equipes a distribuir melhor suas ações em tipos diversos de atividades.

Com o registro da informação por comunidade, no entanto, podemos desagregar os dados para entender a dinâmica em outras escalas, por microterritório e por comunidade. Essa possibilidade permite refinar a análise, colocando em evidência situações específicas que antes ficavam invisíveis nos dados agregados. Considerando que em pouco mais de dois anos de atividades de campo presencial conseguimos atingir uma ampla cobertura de atuação nas comunidades, é importante identificar as comunidades em que a atuação do Projeto Redes está ainda incipiente e elaborar estratégias para garantir a entrada e o desenvolvimento em todas as comunidades.

Para isso, criamos uma planilha de monitoramento das comunidades, cujas linhas correspondiam às 111 comunidades do projeto, com todo tipo de informações, oriundas das diversas listas e tabelas usadas, que pudesse ser sintetizada tomando a comunidade como unidade de análise. Essa planilha se

comunica com a base de dados da pesquisa em andamento sobre a caracterização das comunidades.

No 2º Relatório Anual (2022) apresentamos as informações sobre a entrada do projeto nas comunidades com o número total de comunidades por mesoterritório distribuído em três categorias: 1) o projeto não havia sido apresentado; 2) o projeto havia sido apenas apresentado e 3) o projeto havia sido apresentado com temas desenvolvidos. Essas informações eram obtidas a partir da análise dos coordenadores junto às equipes. Essa classificação pode ser considerada um indicador, que reúne apenas duas variáveis – apresentação do projeto e desenvolvimento de temas –, mas que já permitia diferenciar a situação em cada comunidade e mesoterritório. Em julho de 2023, para a resposta ao parecer do Ibama sobre o 2º Relatório, atualizamos as respostas, demonstrando o avanço do trabalho no total de comunidades, expresso principalmente pelo aumento do número de comunidades que tiveram temas desenvolvidos.

Sistematizamos as informações sobre a entrada e desenvolvimento do projeto por comunidade nos dois momentos (outubro de 2022 e setembro de 2023) e juntamos a informação sobre o número de inscritos no curso Maré de Saberes – indicando se houve procura ou não em cada comunidade – e de alunos cursistas – categoria que agrega não somente os selecionados, mas também os educadores de base que atuam no Redes. Chegamos então a um Indicador Territorial de Entrada do projeto nas comunidades, que de forma simples consegue diferenciar mais níveis do que apenas os três iniciais. As classes continuam as seguintes especificações.

Quadro 1: Descrição do Indicador Territorial de Entrada

Indicador Territorial de Entrada	Situação em julho de 2023	Orientação para o trabalho
Inexistente	Não foi apresentado.	Mobilizar educadores para apresentação do projeto até setembro de 2023.
Baixo	O projeto foi apresentado no primeiro ano, mas não houve desdobramentos ao longo de 2023.	Retomar atividades na comunidade com a identificação e o desenvolvimento de temas geradores.
Médio	Nível médio de consolidação, com apresentação do projeto e desenvolvimento de temas desde 2022, mas sem procura de inscritos para o Maré de Saberes.	Consolidar trabalho de base e fortalecimento da organização comunitária com divulgação dos futuros cursos da Rede de Formação Socioambiental.
Médio-alto	Nível médio-alto de consolidação (e crescente), com apresentação do projeto em 2022 e desenvolvimento de tema gerador em 2023 e inscrição de alunos no Maré de Saberes.	Consolidar trabalho de base e fortalecimento da organização comunitária com envolvimento de alunos nos futuros

		cursos da Rede de Formação Socioambiental.
Alto	Nível alto de consolidação, com apresentação do projeto e desenvolvimento de tema gerador desde 2022, inscrição e seleção de alunos no Maré de Saberes.	Consolidar trabalho de base e fortalecimento da organização comunitária com participação dos alunos do Maré de Saberes.

Considerando o indicador proposto, chegamos a julho de 2023 com a seguinte situação das comunidades em cada mesoterritório.

Tabela 4: Indicador Territorial de Entrada, por Mesoterritório (julho/2023)

Mesoterritórios	Inexistente	Baixo	Médio	Médio-alto	Alto	Total
Meso RJ	1	1	16	5	10	33
Meso Inter	0	4	15	4	14	37
Meso SP	6	6	13	3	13	41
Total Geral	7	11	44	12	37	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Foi feito também um levantamento sobre as comissões de base existentes, por comunidade, o que também é uma variável importante a ser levada em conta na consolidação do trabalho de base. A análise da situação das comissões de base será detalhada na Atualização do Diagnóstico Participativo, mas vamos utilizar aqui os dados sobre esse item para compor um Indicador Territorial de Comissão de Base. Consideramos o número de pessoas e o número de organizações listadas pelos educadores e coordenadores no levantamento feito em setembro de 2023. Cabe destacar que o que chamamos de comissão de base corresponde a agrupamentos com diferentes graus de vinculação e aproximação com o Projeto Redes, desde pessoas que apenas mantêm contato até pessoas que se identificam como parceiras do projeto. A análise das comissões de base está mais detalhada na Atualização do Diagnóstico Participativo (em anexo) e será aprofundada com a Análise das Organizações Comunitárias a ser entregue no relatório anual de 2024. Nos próximos meses faremos uma discussão interna para alinhamento sobre o papel das comissões de base e outros meios de organização do trabalho de base, como os núcleos de acompanhamento.

Tabela 5: Indicador Territorial de Comissão de Base (setembro/23)

Mesoterritórios	Inexistente	Baixo	Médio	Médio-alto	Alto	Total
Meso RJ	1	5	10	7	10	33
Meso Inter	2	5	4	12	14	37

Meso SP	11	11	10	8	1	41
Total Geral	14	21	24	27	25	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Na comparação entre os três meses, fica evidente a maior dificuldade na consolidação das comissões de base no Meso SP, onde temos aproximadamente 50% das comunidades sem comissão de base ou com baixo índice, e apenas uma comunidade considerada alta.

Com as informações da planilha de atividades gerada pelo preenchimento dos formulários em 2023, foi possível avançar no detalhamento da situação em cada comunidade, identificando quando ocorreram as atividades, que atividades foram feitas e quais temas foram desenvolvidos.

Tabela 6: Indicador Territorial de Atividade (out/22 a set/23)

Mesoterritórios	Inexistente	Baixo	Médio	Média-alto	Alto	Total
Meso RJ	0	5	8	11	9	33
Meso Inter	0	4	6	15	12	37
Meso SP	1	6	1	24	9	41
Total Geral	1	15	15	50	30	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Em relação às atividades, consideramos para nosso monitoramento o total de atividades com envolvimento de cada comunidade e a diversidade de tipos de atividades, considerando 6 tipos agrupados: visitas de convivência, ações formativas (comunitárias ou agrupadas), reuniões de comissões de base, reuniões de comissão de micro, meso ou macro, intercâmbios/partilhas e reuniões de articulação interinstitucional. O indicador de atividades por comunidade é composto pelo total de atividades realizadas e pela diversidade de tipos, considerando as seguintes classes: 1) alto, acima de 19 atividades, com pelo menos 5 tipos diferentes; 2) média-alto, acima de 10 e 19 atividades, com pelo menos 3 tipos diferentes; ou entre 6 e 9 atividades, com 5 a 6 tipos diferentes; 3) médio, entre 6 e 9 atividades ou ao menos 4 tipos diferentes; 4) baixo, menos de 6 atividades, com menos de 4 tipos diferentes; 5) inexistente, nenhuma atividade registrada.

Classe do indicador	Total de atividades
Alta	Acima de 19, com ao menos 5 tipos diferentes

Média-alta	De 10 a 19, com ao menos 3 tipos diferentes, ou entre 6 e 9, com ao menos 5 tipos diferentes
Média	De 6 a 9 atividades, ou ao menos 4 tipos diferentes
Baixa	Menos de 6 atividades, com menos de 4 tipos diferentes
Inexistente	Nenhuma atividade registrada

Comparando os indicadores de entrada e de atividades, podemos destacar as situações em que os indicadores não coincidem, o que pode chamar a atenção para a orientar a atuação das equipes. Em 40 das 111 comunidades, os indicadores territoriais coincidiram. Em 45 delas, o indicador de atividade apresenta uma situação melhor do que a de entrada. E em 26 delas o indicador de atividade é menor do que o de entrada. A variação entre os dois indicadores só é significativa em 11 casos, sendo 10 deles considerados em que o indicador de atividade é 2 classes acima do indicador de entrada – e somente 1 caso em que ocorre o contrário –, o que indica uma melhoria significativa no último ano ou uma diferença entre o registro e a percepção dos coordenadores e educadores.

Tabela 7: Índice de Consolidação do Trabalho de Base (setembro/2023)

Mesoterritórios	Baixo	Médio	Médio-alto	Alto	A validar	Total
Meso Inter	2	10	10	12	3	37
Meso RJ	3	10	12	8	0	33
Meso SP	7	7	10	6	11	41
Total Geral	12	27	32	26	14	111

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

A partir dos três indicadores – entrada nas comunidades, comissões de base e atividades realizadas – podemos compor um Índice de Consolidação do Trabalho de Base, que sintetize a situação de cada comunidade até setembro de 2023, com variáveis que podem ser comparadas no relatório anual de 2024. Destacamos 14 comunidades que deveriam ser observadas com maior detalhe, seja por apresentar muitas diferenças entre os índices, seja porque o nível de consolidação poderia resultar num melhor registro das comissões de base, por exemplo.

2.3 Indicadores temáticos

Em relação aos temas, buscamos construir *indicadores temáticos*, a partir das informações disponíveis nos registros das atividades no formulário. Não incluímos um campo de tema (principal e secundário) no formulário, então tivemos que abrir novas colunas na planilha de atividades para registrar os temas e agrupá-los em alguns temas síntese, a partir das descrições, pautas e objetivos contidos em outros campos preenchidos.

O Projeto Redes desde seu início buscou organizar seus temas de atuação em quatro blocos temáticos: Educação Diferenciada e Popular, Economia Solidária, Justiça Socioambiental e Governança e Gestão Territorial, sendo que estes dois últimos foram agrupados em um só para facilitar a realização das reuniões de blocos temáticos. Na concepção freireana, o conjunto de temas geradores compõe uma rede temática, que é o resultado da organização dos diferentes temas e subtemas dentro dos blocos. Então a rede temática contém os blocos, que por sua vez contém os temas, que se dividem em subtemas.

Quando marcamos os temas principais de cada atividade realizada no Projeto Redes, estamos construindo uma informação que permite entender a centralidade daquele tema para a interação entre o projeto e as comunidades, uma vez que as escolhas são feitas a partir desse diálogo. Ao mesmo tempo, podemos entender a correlação entre temas dentro da rede temática. Por fim, como a informação temática pode ser cruzada com a informação territorial, permitindo enxergar a distribuição geográfica de um tema, onde cada tema é importante, e olhar por cada comunidade quais são os temas geradores que predominam.

Apresentamos então alguns resultados a partir dos indicadores temáticos. O primeiro é a elaboração de redes temáticas. A mais abrangente é a de atuação da Rede de Formação Socioambiental, de outubro de 2022 a setembro de 2023, considerando apenas uma hierarquia entre blocos, temas e subtemas.

Figura 1: Rede Temática da Rede de Formação Socioambiental (out/22 a set/23)

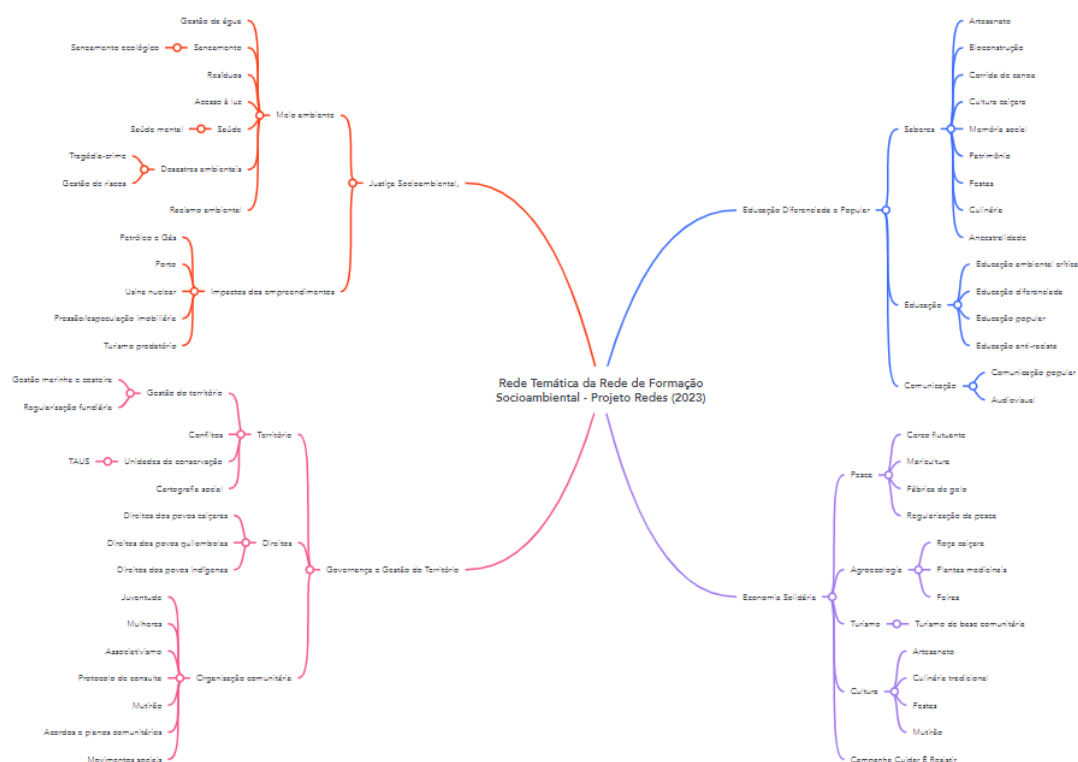


Figura 2: Bloco Temático de Justiça Socioambiental (out/22 a set/23)



Figura 3: Bloco Temático de Governança e Gestão do Território (out/22 a set/23)



Figura 4: Bloco Temático de Educação Diferenciada e Popular (out/22 a set/23)

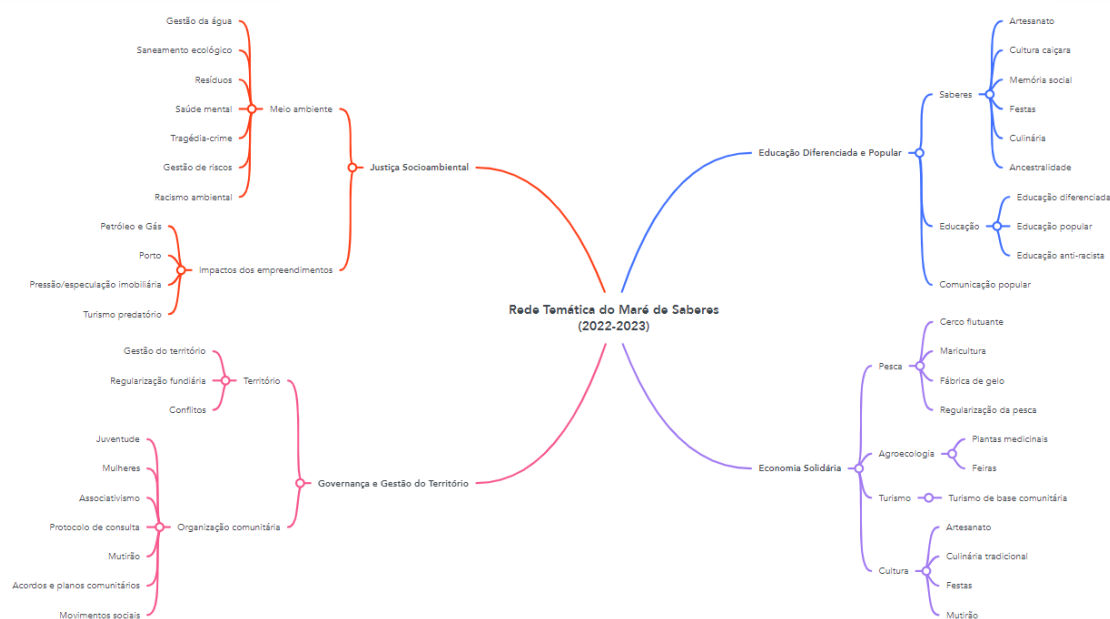


Figura 5: Bloco Temático de Economia Solidária (out/22 a set/23)



A partir dessa rede temática, extraímos uma rede temática específica do curso Maré de Saberes, consideramos os temas principais abordados pelo curso, que dialogam diretamente com os temas desenvolvidos, tanto antes do curso, pelas ações territorializadas do projeto, quanto durante o curso, nos tempos comunidade.

Figura 6: Rede Temática do curso Maré de Saberes (out/22 a set/23)



O segundo resultado é número total de vezes que os principais temas aparecem nas atividades do Projeto Redes no período de outubro de 2022 a setembro de 2023. Esse número é importante para medir em termos comparativos a importância dos temas no total de atividades. Como podem existir mais de um tema por atividade, os números absolutos de cada tema somados vão extrapolar o total de atividades.

Essa quantificação permite identificar quais os principais temas abordados no macro e nos mesoterritórios. Quando for concluída a pesquisa que dará origem à base de dados sobre as comunidades, poderemos verificar em que medida os temas das atividades realizadas em cada comunidade dialogam com as demandas e características levantadas pela pesquisa.

Tabela 8: Total de atividades com temas síntese, por meso (out/22 a set/23)

Temas	Meso RJ	Meso Inter	Meso SP	Total
Agroecologia/Roça	6	19	25	50
Água/Saneamento	41	3	22	66
Cartografia Social	6	18	4	28
Comunicação	19	6	6	31
Cultura	14	57	85	156
Desastres e Riscos	13	2	96	111
Educação Popular e Diferenciada	37	35	32	104
Gestão/Defesa do Território	23	54	56	133
Meio Ambiente	0	7	18	25
Mulheres	4	7	3	14

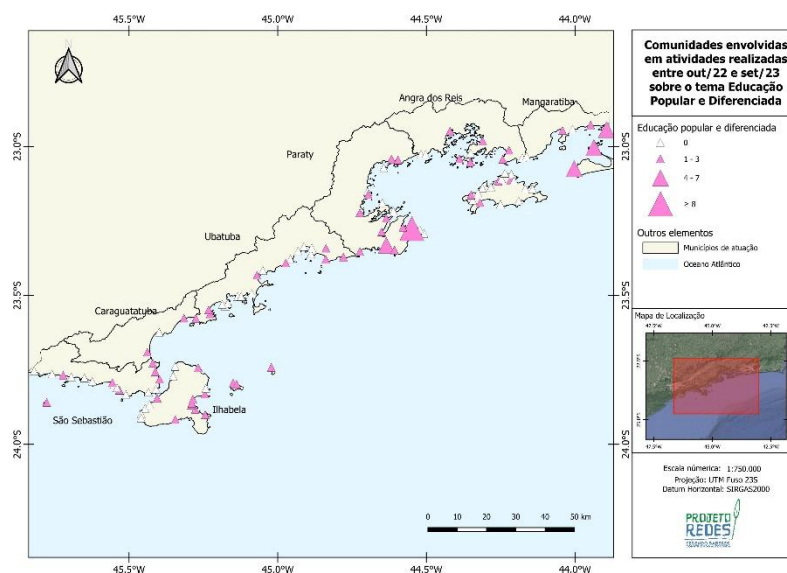
Organização Comunitária	56	75	48	179
Pesca artesanal/Maricultura	50	79	136	265
Impactos do Petróleo e Gás	36	58	25	119
Turismo e TBC	15	83	16	114
Unidades de Conservação	10	37	27	74

Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Essa informação foi mapeada para expressar a distribuição geográfica de cada tema por comunidade, permitindo observar como cada tema assume uma configuração espacial própria no macro e nos mesoterritórios. Apresentamos aqui alguns exemplos que são emblemáticos.

O tema da educação popular e diferenciada aparece em todos os municípios, com destaque para a Península da Juatinga, em Paraty, onde atua o Programa Escolas do Território, com formação de professores para a educação diferenciada em escolas de 6 comunidades e onde o Projeto Redes vem trabalhando com a demanda do acesso ao ensino médio caiçara, e Mangaratiba, onde em 2023 foi formado o Coletivo de Apoio à Educação Diferenciada de Mangaratiba, seguindo o exemplo do que já existe em outros municípios, com forte demanda pelo Ensino de Jovens e Adultos.

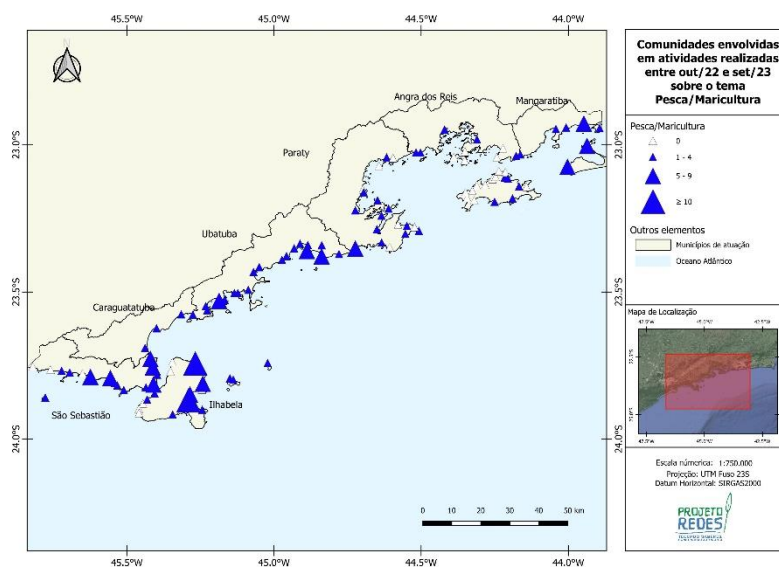
Mapa 1: Atividades realizadas com tema Educação Popular e Diferenciada



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

O tema da Pesca aparece reunindo subtemas como pesca artesanal, maricultura, regularização da pesca e cerco flutuante. Aparece com um peso maior em Mangaratiba, Ilhabela e São Sebastião.

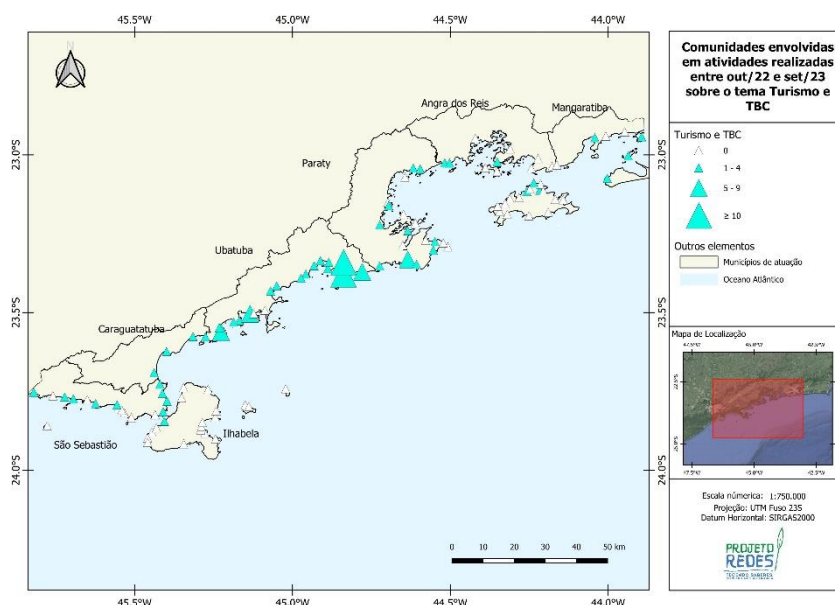
Mapa 2: Atividades realizadas com tema Pesca/Maricultura



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

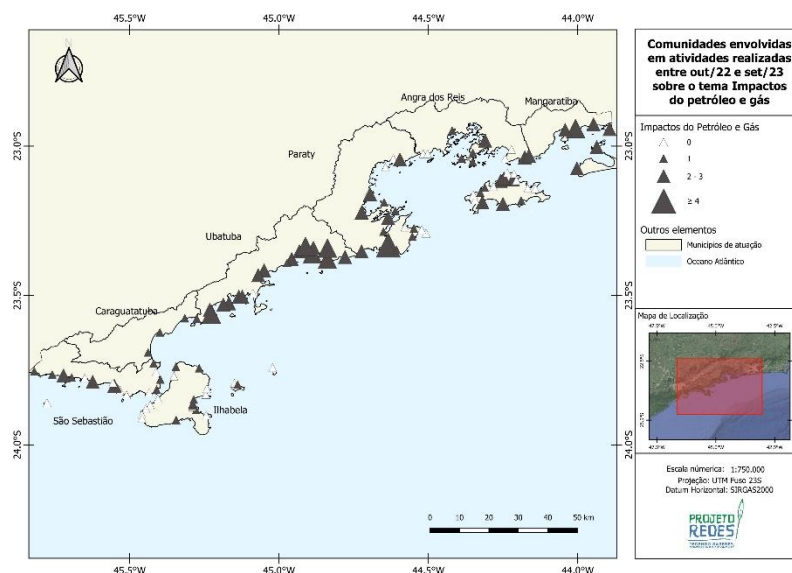
O turismo de base comunitária aparece espalhado pelos municípios, com destaque para o Norte de Ubatuba, onde ocorre pressões de turismo de massa e experiências de TBC.

Mapa 3: Atividades realizadas com tema Turismo e Turismo de Base Comunitária



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Mapa 4: Atividades realizadas com tema Impactos do Petróleo e Gás

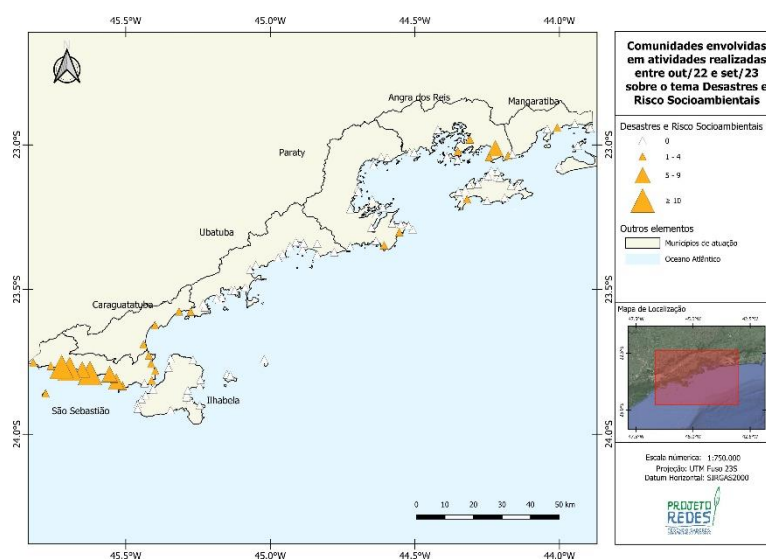


Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

O tema dos impactos de petróleo e gás apareceu em todos os municípios, com participação nas atividades preparatórias para as audiências públicas do Pré-sal. Chama a atenção a importância do tema em Ubatuba e Paraty, dois municípios que não foram contemplados com uma audiência em seus municípios.

O tema dos desastres ambientais ganhou muito destaque no Sul de São Sebastião e em Angra do Reis, em especial em Monsuaba, que foram lugares muito atingidos por desastres climáticos em 2023. Houve alguma ocorrência também em Aventureiro, na Ilha Grande, e em Ponta Negra, em Paraty. Esse tema foi analisado num texto à parte.

Mapa 5: Atividades realizadas com tema Desastres e Riscos Socioambientais



Executante



Empreendedor

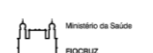


Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

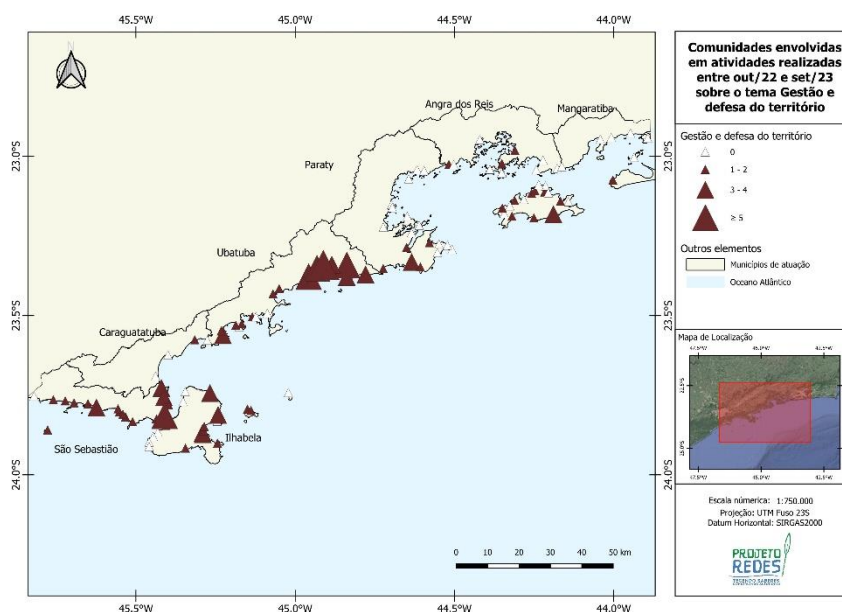
Parceiros



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

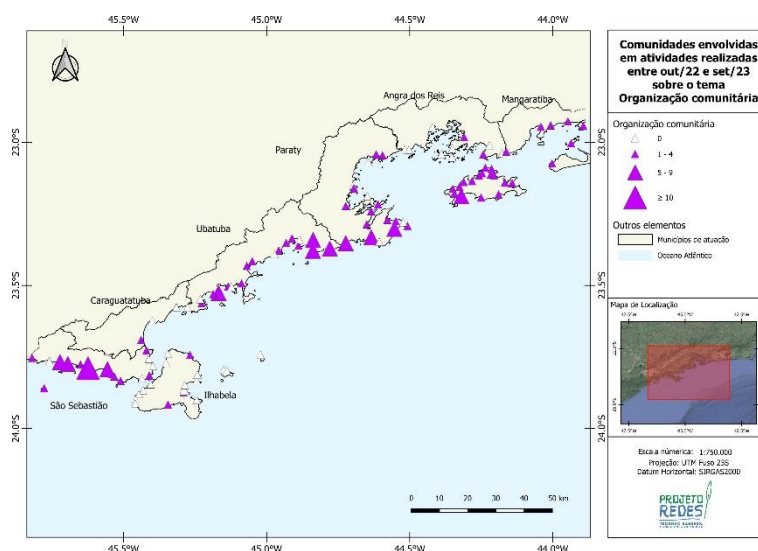
Os temas relacionados a gestão e defesa do território aparecem com bastante destaque no Norte de Ubatuba, na Ilha Grande e em São Sebastião e Ilhabela. O tema de organização comunitária se destaca na Ilha Grande, em Paraty, Ubatuba e Sul de São Sebastião.

Mapa 6: Atividades realizadas com tema Gestão e Defesa do Território



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

Mapa 7: Atividades realizadas com tema Organização Comunitária



Fonte: Planilha de monitoramento das comunidades do Projeto Redes (out/22 a set/23)

2.4 Indicadores organizacionais

No formulário das atividades não havia um campo para indicar quais organizações comunitárias ou não-comunitárias participaram de cada atividade. No perfil do público participante, é possível indicar se houve representantes de organizações comunitárias, mas para especificar quais foram as organizações tivemos que abrir uma coluna específica e buscar as informações nos textos descritivos. Das 527 atividades registradas entre outubro de 2022 e setembro de 2023, apenas 62 não tiveram qualquer envolvimento com alguma organização, mas em 279 não se conseguiu identificar qual organização participou. Somente em 186 registros é que se conseguiu chegar a identificar as organizações participantes. Foram ao todo 106 organizações, sendo 71 organizações comunitárias, de atuação local, regional ou nacional. Desse total, 1 tem atuação em mais de um Meso – o FCT – e as outras 6 ou são de fora da região ou não tiveram identificadas sua localização.

No levantamento sobre as comissões de base, chegamos a 48 organizações comunitárias. Considerando a soma de organizações comunitárias com registro nas atividades de outubro de 2022 a setembro de 2023 e as indicadas nas comissões de base, chegamos a um total de 98 organizações comunitárias – excluindo-se as que são coincidentes nos dois registros.

Tabela 9: Organizações comunitárias em interação com o Projeto Redes, por Meso (2023)

Organizações comunitárias			
	Nas atividades	Nas Com. de Base	Total
Meso RJ	22	25	35
Meso Inter	25	8	29
Meso SP	17	15	26
Vários/Outros	7	0	7
Total	71	48	98

Fonte: Planilha de monitoramento das atividades do Projeto Redes (out/22 a set/23) e lista de comissões de base (set/2023)

3. Monitoramento e avaliação das audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal na Bacia de Santos: Angra dos Reis, Caraguatatuba e Ilhabela

3.1 Introdução

Entre abril e junho de 2023 foram realizadas nos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo as audiências públicas da Etapa 4 da Atividade de Produção e Escoamento de Petróleo e Gás Natural do Polo Pré-sal da Bacia de Santos, a ser explorado pela Petrobras. As audiências foram realizadas nos municípios de Angra dos Reis, Niterói, Maricá, no estado do Rio de Janeiro, e Santos, Caraguatatuba e Ilhabela, no estado de São Paulo, com objetivo de reunir a população diretamente atingida pela nova etapa do megaempreendimento.

Com o agendamento das audiências, rapidamente os diversos integrantes do Projeto Redes se articularam buscando a realização de encontros e formações preparatórias para a audiência nos diferentes municípios. Esses encontros, elaborados e desenvolvidos por técnicos de diferentes áreas do conhecimento, entre antropólogos, geógrafos, assistentes sociais, cientistas sociais, psicólogos, junto a pescadores/pescadoras e comunitários indígenas, caiçaras e quilombolas, teve como resultado a promoção de momentos de trocas de conhecimento amparado no diálogo de saberes (Santos, 2007), articulando os conhecimentos técnico e tradicional em função da necessidade de construção argumentativa para o enfrentamento direto que se propunham a realizar nas audiências públicas dos diferentes municípios. Enfrentamento este protagonizado pelos sujeitos sociais atingidos pelo megaempreendimento, em sua maioria pertencentes às comunidades tradicionais da região.

No GT Pesquisa do Projeto Redes, realizamos o acompanhamento e a avaliação das audiências públicas nos municípios de Angra dos Reis, Caraguatatuba e Ilhabela, com o objetivo de monitorar e avaliar o papel do Projeto Redes no fortalecimento das organizações comunitárias para incidirem sobre os processos de licenciamento ambiental, abordando a participação e as intervenções realizadas pelos participantes das audiências mencionadas.

Considerando que o Projeto Redes é um PEA da Linha de Ação A, é importante avaliar como têm se desenvolvido “os processos formativos junto ao público prioritário”, que contribuem para a “organização comunitária para a participação na gestão ambiental, no âmbito do licenciamento ambiental” (Ibama, 2010). A justificativa para os PEAs da Linha de Ação A é a

necessidade de desenvolver processos formativos para subsidiar a intervenção qualificada de determinados grupos sociais em processos decisórios de distribuição de custos/benefícios a partir da exploração de recursos naturais. Considerando a complexidade do processo de licenciamento ambiental de uma maneira geral e, em particular, da cadeia produtiva do petróleo, podemos afirmar que o estímulo à organização dos segmentos sociais que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental das áreas em que vivem e desenvolvem suas atividades é fundamental para a democratização do processo de licenciamento ambiental e, em última análise, da gestão das ações de transformação da realidade local (Ibama, 2010).

Essa justificativa nos coloca algumas questões para a avaliação: 1) de que modo os processos formativos subsidiaram a intervenção qualificada dos grupos sociais; 2) em medida se estimulou a organização de segmentos sociais que costumam ter pouca interferência na gestão ambiental; e 3) em que medida o projeto de educação ambiental incide sobre a democratização do processo de licenciamento.

Em julho de 2023, passadas as audiências públicas, nas quais presenciamos uma expressiva participação popular, com narrativas articuladas e repletas de questionamentos ao processo de licenciamento, buscamos realizar no âmbito do GT Pesquisa do Projeto Redes a sistematização das informações recolhidas, criando uma metodologia, amparada por dados quantitativos e qualitativos, que possibilitasse compreender a contribuição dos processos formativos do Projeto Redes para as intervenções nas Audiências Públicas.

Identificar os temas levantados pelos comunitários durante as audiências é uma possibilidade de visualizar como foram incorporados os temas abordados nas formações e a importância destes para a defesa do território. Com relação ao processo das audiências públicas, pode-se destacar a importância de todo o processo prévio de formação, do curso Maré de Saberes e da própria presença nas audiências públicas como um processo formativo e para a incidência no licenciamento ambiental.

Território e vida em face do neoextrativismo

Para construir nossa reflexão, buscamos apoio na abordagem de território proposta pelo geógrafo Rogério Haesbaert, para quem o conceito de território deve ser pensado simultaneamente em sua dimensão analítica,

prática e funcional. Dessa maneira, conseguimos nos aproximar um pouco mais da complexa análise que envolve as dinâmicas territoriais, que são, sempre, manifestação de um espaço da prática, do vivido dos grupos sociais, um território de dimensão funcional, inserido em políticas de organização e gestão do território e como possibilidade de ferramenta analítica. A dimensão analítica vem tomando formas muito próprias quando pensamos o contexto de mobilização e organização social na América Latina. Acionamos a concepção de Haesbaert (2021), entendendo, portanto, território no contexto latino-americano como

(...) um eixo na questão da defesa da própria vida, da existência ou de uma ontologia terrena/territorial, vinculada à herança de um modelo capitalista extrativista moderno-colonial de devastação e genocídio que, até hoje, coloca em xeque a existência de grupos subalternos, habitantes de periferias urbanas (especialmente descendentes de negros e indígenas) e, de modo culturalmente mais amplo, os povos originários em seus espaços de vida (Haesbaert, 2021, p 162).

As mobilizações observadas ao longo do processo de realização das audiências públicas voltadas para a discussão da etapa 4 de exploração do setor de petróleo e gás na Bacia de Santos podem ser compreendidas a partir da dimensão exposta, como um eixo na questão da defesa da própria vida, associada a uma ontologia territorial própria, que se encontra ameaçada diante do avanço do modelo de exploração político territorial neoextrativista, na qual a exploração da cadeia de petróleo e gás está inserida (Svampa, 2019).

Como nos dizem Svampa (2019) e Haesbaert (2021), diante do avanço do neoextrativismo, assistimos a um aprofundamento dos conflitos socioambientais. O aprofundamento dos conflitos e das formas de exploração do território e seus modos de vida trazem a urgência de rápidas respostas e organização social. De acordo com Svampa, “com os anos, e no calor das novas modalidades de expansão da fronteira do capital, os conflitos também se foram multiplicando, ao passo que as resistências sociais se fizeram mais ativas e organizadas” (2019, p 32). Nesse sentido, podemos traçar um olhar para as mobilizações realizadas no âmbito das audiências públicas como um exemplo de organização social em resposta ao aprofundamento da exploração dos recursos naturais e das ameaças ao território. Buscamos compreender, portanto, como o projeto vem colaborando no processo de organização comunitária e articulação social nos territórios atingidos.

Tendo em vista a diversidade de grupos que habitam historicamente esses territórios, que se expressam para além da realidade urbana, as audiências foram marcadas pela presença maciça de povos indígenas, caiçaras, quilombolas e pescadores/pescadoras, de Itaguaí a Ilhabela, que se mobilizaram a fim de exigir a revisão de alguns pontos do EIA-RIMA. Esses grupos são compreendidos como povos e comunidades tradicionais, que segundo o Decreto N° 6.040, de 2007, são definidos como:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem **formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica**, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (Brasil, 2007).

É importante ressaltarmos na análise as falas durante as audiências públicas, pois essas evidenciam os temas abordados e como estes vêm sendo acionados pelos diferentes atores. Buscamos identificar nas falas dos comunitários possíveis caminhos de resolução das violações associadas à geração de múltiplos impactos no território.

Metodologia para a avaliação das audiências públicas

A metodologia adotada parte do registro das audiências públicas e das atividades previamente realizadas, trazendo dados sobre o perfil dos participantes e o vínculo com o Projeto Redes, considerando três tipos de vínculo: 1) a atuação como membro da equipe; 2) a participação como cursista do Maré de Saberes, primeiro curso da Rede de Formação Socioambiental; e 3) a participação em atividades preparatórias de formação sobre os temas do licenciamento ambiental, exploração do Pré-sal e cadeia de petróleo e gás na região, realizadas pelo Projeto Redes.

Foram analisadas também as dimensões territorial e organizacional, através das localidades declaradas como de origem dos participantes nas audiências (sua coincidência ou não com comunidades de atuação do Redes) e das organizações comunitárias e não-comunitárias declaradas de pertencimento pelos participantes.

Por fim, analisamos os temas abordados nas audiências e as construções argumentativas, diferenciando os participantes em relação ao vínculo ou não com o Projeto Redes.

3.2 Análise do perfil dos participantes das audiências públicas

3.2.1 Acompanhamento dos encontros preparatórios do Projeto Redes

O primeiro dado a ser analisado é a participação de comunitários e educadores nos encontros preparatórios para as audiências. Todas as atividades contaram com uma presença significativa, na soma geral foram mais de duzentas participações, sendo que o número real teria que considerar que alguns dos participantes pode se repetir em mais de uma atividade.

Tabela 10: Encontros preparatórios para as audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal

Evento	Data	Homens	Mulheres	Total
Formação preparatória em Angra dos Reis (RJ)	03/04	15	32	47
Formação preparatória em Paraty (RJ)	05/04	15	25	40
Formação preparatória híbrida (presencial e remota)	20/04	15	25	40
Formação preparatória no Quilombo da Fazenda, em Ubatuba (SP)	19/05	13	28	41
Formação no Maré de Saberes da Turma SP, em São Sebastião (SP)	24/05	22	32	54
Somatório total da participação nos eventos		80	142	222

Fonte: Dados de monitoramento e avaliação do GT Pesquisa.

Destaca-se uma presença mais expressiva de mulheres em todos os eventos de formações preparatórias para as audiências promovidas pelo projeto Redes. Aproximadamente 64% do público presente nas formações era feminino.

Figura 1: Encontro de formação preparatória para a audiência da etapa 4 em Angra dos Reis



Fonte: Arquivo GT Pesquisa

Os principais temas trabalhados nas formações promovidas pelo Redes

- Discussão sobre a **área de influência** do empreendimento e inserção dos municípios de Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Ubatuba e São Sebastião;
- Discussão sobre o processo de **distribuição dos royalties** em Ilhabela, São Sebastião, Caraguatatuba e Ubatuba;
- Necessidade de **ampliação do PEA Rendas** para um melhor controle social sobre os usos dos royalties;
- Discussão sobre a não consideração dos **navios aliviadores** como impactos decorrentes da exploração do pré-sal;
- Discussão sobre a não **incorporação de estruturas** como o TEBIG, o TEBAR, o Porto de São Sebastião e o Porto de Angra **como bases de apoio** do empreendimento;
- Discussões sobre a não incorporação da **Consulta Livre, Prévia e Informada na Convenção 169 da OIT (1989)**;
- Discussões sobre as **condicionantes e seus objetivos**;
- Discussões sobre as **formas de contrato das condicionantes** e o sucateamento causado pela prática do Leilão Reverso.

3.2.2 A mobilização popular para as audiências

Destacamos, em primeiro lugar, o processo de mobilização anterior a cada audiência, com distribuição de folhetos informativos e a criação de músicas como forma de comunicação popular, incorporando nas letras diversos elementos trabalhados nas formações, buscando uma apropriação das temáticas mais efetivas por parte do público em geral, tendo em vista o caráter técnico e de difícil apreensão dos temas discutidos no licenciamento. Destacamos também a presença efetiva dos povos e comunidades tradicionais atingidos, embora tenha acontecido uma sobreposição de agendas, no caso da audiência de Caraguatatuba e Ilhabela, por conta de um importante evento local, sobre a tragédia-crime que acometeu São Sebastião em fevereiro de 2023, com os eventos climáticos extremos.

3.2.3 As listas de presença

Foi elaborada uma planilha de sistematização, buscando articular as seguintes informações:

- Listas de presenças passadas durante os encontros de formação (listados acima) preparatórios para as audiências;
- Listas de presenças passadas durante as audiências públicas que ocorreram nos municípios contemplados pelo Projeto Redes;
- Lista com os inscritos no curso Maré de Saberes;
- Lista dos integrantes do Projeto Redes;
- Lista daqueles que fizeram perguntas orais ou escritas (intervenções) nas audiências;
- Mais tarde, foram incorporados também alguns materiais disponibilizados pela Petrobras: como a Lista de presença oficial da audiência pública e lista dos que utilizaram o transporte disponibilizado.

Diante do percurso metodológico exposto, com a criação da tabela buscamos organizar e sistematizar os dados, objetivando compreender de que maneiras o Projeto Redes conseguiu, através dos encontros de formação preparatórios e por meio do Curso Maré de Saberes, contribuir com o processo de preparação e intervenção nas audiências públicas. A partir do cruzamento

dos dados de participação nos eventos preparatórios e nas audiências podemos estimar o papel da preparação na presença e participação qualificada nas audiências públicas.

A partir daí, se torna possível verificar:

- Número total de presentes em cada uma das audiências públicas¹, incluindo a análise por gênero;
- Número total de presentes em cada audiência que se declararam como membros do Projeto Redes, incluindo a análise por gênero;
- Número total de presentes em cada audiência que se declararam como membros do curso Maré de Saberes, incluindo a análise por gênero;
- Número total de pessoas que utilizaram o transporte disponibilizado pela Petrobras (sem diferenciação por gênero devido à baixa qualidade das fotos com as listas de presença que foram disponibilizadas pela Petrobras);
- Número de intervenções feitas em cada audiência, incluindo a diferenciação por gênero;
- Número de intervenções feitas por membros da equipe do Projeto Redes em cada audiência, incluindo a diferenciação por gênero;
- Número de intervenções feitas por cursistas do Maré de Saberes em cada audiência, incluindo a diferenciação por gênero;
- Número de participantes de alguma formação promovida pelo Projeto Redes presentes em cada audiência, incluindo a diferenciação por gênero;
- Número total de pessoas que participaram de alguma formação promovida pelo Projeto Redes e estiveram presentes em cada audiência e fizeram intervenções, incluindo a análise por gênero;
- Localidades de origem declaradas em cada lista de presença, identificando as que integram o Projeto Redes;
- Organizações declaradas em cada lista de presença.

Consideramos a vinculação dos participantes a partir do preenchimento da lista de presença. Mas conferimos os nomes dos que são membros da equipe do Projeto Redes e da lista dos cursistas do Maré de Saberes, para

¹ Nessa etapa, o instrumento utilizado para análise em cada audiência foram as listas disponibilizadas pela Petrobras, a qual tivemos acesso algum tempo após a realização das audiências. Optamos por esse caminho pelo fato das listas de presença disponibilizadas pela Petrobras estarem mais completas do que as que foram passadas pelo GT Pesquisa, possibilitando uma análise mais aproximada do quantitativo real.

calcular sua participação nas audiências e nas intervenções feitas nas audiências. Também no caso dos que participaram de alguma formação do Projeto Redes, comparamos as listas de presença das formações e das audiências para chegar a essa informação.

3.2.4 Análise do perfil dos participantes

Figura 2: Mobilização popular pré-audiência pública em Angra dos Reis



Fonte: Arquivo – GT Pesquisa

Quanto à presença na audiência de Angra dos Reis, deixando de lado os nomes ilegíveis que não constam para essa análise, podemos constatar uma presença equilibrada entre homens e mulheres, com um total de 438 pessoas. Quanto ao uso do transporte disponibilizado pela Petrobras, foram contabilizadas 191 pessoas que utilizaram os transportes disponibilizados pela Petrobras para acessar a audiência pública de Angra dos Reis. O número alto de participantes e de usuários de transporte indica que a demanda para a audiência pública de Angra dos Reis foi subestimada.

Tabela 11: Total de participantes nas audiências públicas da Etapa 4 do Pré-Sal

Participantes	Angra dos Reis	Caraguatatuba (lista Petrobras)	Caraguatatuba (lista Redes)	Ilhabela
Homens	194	39	20	155
Mulheres	193	38	42	159
Ilegível	51	2	3	28
Total	438	79	65	342
Usuários do transporte	191	72		18

Fonte: Listas de presença da Petrobras e do GT Pesquisa – Projeto Redes.

De acordo com a Ata Sumária da Audiência Pública de Caraguatatuba, estiveram presentes 215 pessoas que assinaram a lista de presença. Porém, no arquivo da Petrobrás em que constam as cópias das listas de presença, de 17 páginas de listas preenchidas, apenas 6 são diferentes entre si, já que algumas páginas se repetem. Com isso, não foi possível evidenciar o recorte de gênero do número total de participantes, nem a especificação das comunidades e entidades presentes. Trabalhamos apenas com os dados que foram declarados e que estavam disponíveis na documentação. Na lista da Petrobrás, identificamos 79 assinaturas. Na lista do Projeto Redes passada pelo GT Pesquisa, identificamos 65 assinaturas. Seguem abaixo os dados com base nesses registros. Foram contabilizadas 72 pessoas que utilizaram os transportes disponibilizados pela Petrobras para acessar a audiência pública de Caraguatatuba.

Tabela 12: Total de participantes nas audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal e vinculação com o Projeto Redes

Participantes		Angra dos Reis	Caraguatatuba	Ilhabela
Total	Homens	194	20*	155
	Mulheres	193	42*	159
	Total	387	62*	314
Equipe Redes	Homens	5	4	2
	Mulheres	20	14	14
	Total	25	18	16
Maré de Saberes	Homens	6	5	3
	Mulheres	12	3	5
	Total	18	8	8
Presentes em formação	Homens	16	10	7
	Mulheres	30	23	14
	Total	46	33	21

Fonte: Listas de presença da Petrobras e do GT Pesquisa – Redes

*Em Caraguatatuba, o total de participantes foi 215, segundo a ata sumária, mas as listas da Petrobras estavam com páginas erradas, o que não permitiu contabilizar o total de homens e mulheres.

Quanto à presença na audiência de Ilhabela, deixando de lado os nomes ilegíveis, podemos constatar uma presença equilibrada entre homens e mulheres, com um total de 342 pessoas. Foram contabilizadas 18 pessoas que declararam o uso do transporte a partir da lista disponibilizada pela Petrobras.

Foi contabilizado um total de 25 pessoas membros do Projeto Redes na audiência pública de Angra dos Reis, 18 em Caraguatatuba e 16 em Ilhabela. Em todas elas com número expressivamente superior de mulheres.

Foi contabilizado um total de 18 pessoas participantes do Maré de Saberes na audiência pública de Angra dos Reis, 8 em Caraguatatuba e 8 em Ilhabela. As mulheres foram maioria em Angra dos Reis e Ilhabela. Cabe registrar que no quantitativo dos cursistas do Maré de Saberes estão incluídos os educadores populares mobilizadores (de base) do Projeto Redes. Logo, alguns são contabilizados tanto como membros do Redes, quanto como cursistas do Maré de Saberes.

Foi contabilizado um total de 46 pessoas que estiveram presentes em alguma formação do Redes e estavam presentes na audiência pública de Angra dos Reis, 33 em Caraguatatuba e 21 em Ilhabela. Também aqui um número expressivamente superior de mulheres em relação aos homens. Cabe destacar que entre os que participaram de formações podem estar incluídos tanto membros da equipe do Redes quanto cursistas do Maré de Saberes.

3.2.5 Análise do perfil dos participantes que fizeram intervenção nas audiências públicas

Foi contabilizado um total de 68 pessoas que realizaram intervenções² na audiência pública de Angra dos Reis, 36 em Caraguatatuba e 52 em Ilhabela. Só em Caraguatatuba o número de mulheres foi maior do que o de homens entre os que fizeram intervenção.

² Total de pessoas que fizeram intervenções na audiência, o que representa um número menor do que o número total de intervenções. Os dados foram retirados da lista de intervenções criadas a partir da transcrição, considerando intervenções respondidas e não respondidas.

Tabela 13: Total de pessoas que fizeram intervenção nas audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal e vinculação com o Projeto Redes

Intervenções		Angra dos Reis	Caraguatatuba	Ilhabela
Total	Homens	38	16	27
	Mulheres	30	20	25
	Total	68	36	52
Equipe Redes	Homens	1	2	2
	Mulheres	7	5	9
	Total	8	7	11
Maré de Saberes	Homens	2	1	3
	Mulheres	8	2	4
	Total	10	3	7
Presentes em formação	Homens	10	6	3
	Mulheres	11	11	7
	Total	21	17	10

Fonte: Atas sumárias e transcrições das Audiências Públicas; listas de presença do GT Pesquisa – Redes.

Dentre os membros da equipe do Redes, foram 8 pessoas que fizeram intervenções em Angra dos Reis, 7 em Caraguatatuba e 11 em Ilhabela, com número expressivamente maior de mulheres do que de homens. Cabe destacar que das 25 intervenções de membros da equipe do Redes, 15 foram de comunitários da equipe.

Foi contabilizado um total de 10 participantes do Maré de Saberes que fizeram intervenções na audiência pública de Angra dos Reis, 3 em Caraguatatuba e 7 em Ilhabela, também com predominância das mulheres, nas três audiências. Dentre os que estiveram presentes em formações do Redes, 21 realizaram intervenções na audiência de Angra dos Reis, 17 em Caraguatatuba e 10 em Ilhabela, sempre com predominância de mulheres.

Figura 3: Audiência pública em Caraguatatuba



Fonte: Arquivo - GT Pesquisa

Figura 4: Audiência pública em Ilhabela



Fonte: Arquivo - GT Pesquisa

Algumas conclusões podem ser obtidas a partir dos dados. Em primeiro lugar, considerando o total de participantes e o total de pessoas que fizeram intervenções nas audiências públicas, podemos concluir que os que são da equipe do Redes, cursistas do Maré de Saberes ou estiveram presentes em alguma formação do Projeto Redes são proporcionalmente mais numerosos entre os que fizeram intervenções do que no total de participantes. Essa constatação demonstra a contribuição do Projeto Redes para a participação qualificada na audiência (com intervenção).

Em segundo lugar, apesar de haver um número maior de homens realizando intervenções na audiência como um todo, a proporção de mulheres entre equipe do Redes, cursistas do Maré de Saberes e pessoas que estiveram presentes nas formações do Redes é maior do que a do total em todas as comparações, em especial no que se refere às intervenções. Isso indica uma contribuição decisiva do Projeto Redes para o aumento da participação feminina no processo do licenciamento.

3.3 Análise da abrangência territorial

As audiências públicas ocorreram em três municípios que fazem parte da área de abrangência do Projeto Redes e tiveram participação de um alto número de comunidades dos sete municípios de atuação do Projeto Redes. Das 78 localidades declaradas nas listas de presença das três audiências públicas estudadas, 42 integram o projeto Redes, correspondendo a aproximadamente 54% das localidades declaradas, que evidencia uma participação importante por parte das comunidades abrangidas pelo Redes. Tendo em vista que se trata de 111 comunidades abrangidas pelo projeto, a presença de 42 comunidades nas audiências corresponde a aproximadamente 37,8% das comunidades que integram o Redes presentes nas audiências. Cabe destacar que várias comunidades tradicionais indígenas e quilombolas que não são incluídas como parte do Projeto Redes são também mobilizadas pelas ações do projeto, o que significa que se essas comunidades fossem consideradas, a representatividade territorial do Projeto Redes nas audiências seria maior.

Em relação ao local das audiências, o mapa das comunidades de origem dos participantes indica que diversos municípios foram integrados na audiência de Angra dos Reis, o que resultou num quantitativo muito alto. Além disso, ao olharmos para o mapa notamos que apesar de serem 3 audiências, municípios como Ubatuba e Paraty ficaram bastante distantes. Ou seja, uma ampla área onde estão concentradas uma série de comunidades abrangidas pelo projeto Redes não foi contemplada pelo local de realização das audiências.

Mapa 8: Localidades declaradas nas audiências públicas da Etapa 4 de exploração do Pré-Sal ocorridas em Angra dos Reis, Caraguatatuba e Ilhabela



Fonte: Listas de presença da Petrobras e do Projeto Redes.

Tal fato tornou necessário longos deslocamentos para se fazer presente nesses espaços. Tendo em vista que as audiências ocorreram em dias de semana e em horários de trabalho, somado a considerável distância para grande parte das comunidades que integram o Redes, esse elemento sem dúvidas dificultou as condições de acesso e permanência nas audiências. Ainda que tenha sido disponibilizado transporte, entende-se que a má distribuição dos locais que sediaram a audiência foi um elemento que inibiu a presença de mais representantes de comunidades e diminuiu o tempo de permanência destes nas audiências.

Comparando as três audiências públicas, a de Angra dos Reis teve 19 localidades citadas do próprio município, 16 de Paraty, 9 de Mangaratiba e 2 de Itaguaí³. Dessas 46 comunidades, 19 fazem parte do projeto Redes (41,3% do total). Na audiência de Caraguatatuba, das 17 localidades declaradas (14 de Ubatuba, 2 de Caraguatatuba e 1 de Paraty), 10 fazem parte do projeto Redes (59% do total). Na audiência de Ilhabela, das 20 localidades declaradas (9 de Ilhabela, 5 de São Sebastião, 4 de Ubatuba, 1 de Caraguatatuba e 1 de

³ Houve citações a Rio de Janeiro e Itaboraí também, mas vamos considerar apenas as localidades do entorno das audiências.

Paraty), 14 participam do Projeto Redes (70% do total). Do total de 78 localidades citadas, 42 são comunidades de atuação do Projeto Redes (54% do total), sendo que algumas das que não estão consideradas de atuação do Redes, como Quilombos do Campinho, Santa Rita do Bracuí e Santa Justina, Aldeias como Rio Bonito, Renascer e Sapukai, e comunidades pesqueiras como Massaguaçu e Martim de Sá, em Caraguatatuba, tiveram participação em atividades do Redes e/ou possuem cursistas do Maré de Saberes.

Mapa 9: Localidades declaradas na audiência pública da Etapa 4 de exploração do Pré-Sal ocorrida no município de Angra dos Reis



Fonte: Listas de presença da Petrobras e do Projeto Redes.

Localidades de origem dos participantes da audiência pública de Caraguatatuba (2023)



Localidades de origem dos participantes da audiência pública de Ilhabela (2023)



3.4 Análise das organizações comunitárias presentes

Nas listas de presença que foram passadas pela equipe do Projeto Redes, um dos campos pedia o preenchimento da organização à qual o participante pertencia. Ao todo foram 96 organizações identificadas, sendo 39 organizações comunitárias, 36 organizações estatais (institutos ambientais, secretarias municipais, prefeitura, instituições de ensino e pesquisa, dentre outras) e as outras 25 eram empresas, ONGs ou projetos. Das 39 organizações comunitárias presentes (36 da área de atuação do Redes), pelo menos 22 tiveram registrado alguma participação em atividades do Redes no último ano (out/22 a set/23) ou foram listadas nas comissões de base do Projeto Redes.

Na audiência de Angra dos Reis, foram 23 organizações comunitárias, num total de 48 organizações; em Caraguatatuba foram 8 organizações comunitárias num total de 21 organizações; em Ilhabela foram 12 organizações comunitárias num total de 48 organizações. No caso de Ilhabela, o alto número de organizações não-comunitárias se deu pela presença de várias secretarias municipais (cada uma contando como uma organização).

Figura 5: Reivindicações coletivas na audiência pública em Ilhabela



Fonte: Arquivo - GT Pesquisa

A única organização comunitária presente nas 3 audiências foi o Fórum de Comunidades Tradicionais. Dentre as outras organizações, estiveram presentes em todas as audiências a Petrobras, a Transpetro, o Ibama, o

Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina, o Projeto Redes e o PEA Rendas.

Figura 6: Audiência pública de Caraguatatuba, com destaque para as faixas levadas pelos participantes



Fonte: Arquivo – GT Pesquisa

3.5 Análise temática

Buscamos identificar os temas abordados durante as audiências públicas a fim de identificar a contribuição das formações na participação e nas intervenções realizadas pelas comunidades pesqueiras e tradicionais que se fizeram presentes nas audiências públicas de Angra dos Reis-RJ, Caraguatatuba-SP e Ilhabela-SP.

Como metodologia para mapear e organizar os principais temas abordados nas audiências públicas, foram lidas as transcrições das audiências públicas (nos casos das audiências de Angra dos Reis e Ilhabela), e, no caso da audiência de Caraguatatuba, a lista de perguntas escritas e a Ata Sumária (para identificar os temas orais). Essa diferença se deu pelo fato de o documento da transcrição da audiência pública de Caraguatatuba estar com os dados da audiência pública realizada em Santos-SP, impossibilitando a coleta de informações a partir das transcrições. Com relação à leitura das

transcrições para a identificação dos temas, por muitas vezes a intervenção realizada por uma única pessoa na audiência pública resultava em várias páginas de textos com uma diversidade de temas surgidos, os quais buscamos identificar e mapear através da leitura.

Para a organização dos temas, tomamos como referência as perguntas escritas descritas nas Atas Sumárias de todas as audiências públicas (Angra dos Reis, Niterói, Maricá, Santos, Caraguatatuba, Ilhabela). Foi feita uma lista separada por audiência e, após a identificação dos temas abordados em cada uma, foi organizada uma síntese em uma tabela única, em que agrupamos os temas por afinidade temática dos subtemas, incluindo a opção “Outros” para os temas muito específicos que não cabiam na classificação adotada.

A separação em temas facilitou a organização, porém, não nos permite identificar a diversidade de argumentos e questões relevantes levantadas dentro do mesmo tema e nas diferentes audiências públicas. Para dar visibilidade a essas diferenças, optamos por trazer no texto escrito alguns trechos de transcrição, tanto dentro das categorias gerais quanto dentro da opção “Outros”.

Os temas gerais são os seguintes:

- Processo de licenciamento ambiental
- Formato e organização da audiência pública
- Estudos ambientais EIA-RIMA
- Conformação da área de influência
- Questões de projeto (engenharia, locação, bases de apoio)
- Tráfego de embarcações de apoio e navios aliviadores
- Emergência, riscos de vazamentos
- Poluição, emissões atmosféricas e de gases do efeito estufa
- Impactos ambientais: meio físico e biótico
- Impactos socioeconômicos
- Impactos na atividade pesqueira
- Medidas mitigadoras e compensatórias
- Consultas públicas e Convenção 169 da OIT
- Royalties, investimentos, geração de empregos e renda
- Questões processuais
- Outros

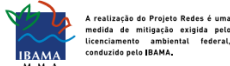
Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



Parceiros



OBSERVATÓRIO
DE SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Ressaltamos que em algumas intervenções orais e/ou escritas vários dos temas foram citados na mesma intervenção. Então, consideramos que uma mesma intervenção poderia ter vários temas já que, especialmente nas intervenções orais, várias questões diferentes eram trazidas em um mesmo momento de fala.

Outro ponto importante a ser ressaltado é que uma mesma pessoa poderia realizar várias intervenções de naturezas distintas. Por exemplo, uma pessoa poderia realizar intervenções orais e/ou escritas, sendo possível ainda realizar múltiplas intervenções escritas. Como nosso intuito era identificar os temas mais citados, inserimos na contagem os temas presentes em todas as intervenções realizadas (seja oral ou escrita). No entanto, no momento de caracterização dos temas por audiência, levamos em consideração apenas 1 grande tema por intervenção, buscando organizar metodologicamente a pesquisa. Caso contrário, haveria um número de temas levantados que se expressaria muito além do número de intervenções contabilizadas.

Um ponto importante é que no momento da audiência pública, antes das perguntas serem lidas, era questionado se a pessoa que a realizou estava presente. Uma vez verificado que a pessoa não estava mais presente, seguia-se para a próxima pergunta e aquela não era lida. Logo, parte das intervenções escritas não foram lidas e respondidas. Ressaltamos que esse ponto foi questionado em diversos momentos por comunitários visto que indicava uma visão individualizante, por parte das instituições presentes na mesa. Embora a pessoa que realizou a pergunta não estivesse mais presente, a elucidação do que foi perguntado diz respeito ao coletivo, podendo ser de interesse de outros que ali estavam presentes. Sem contar que as audiências tiveram longa duração e muitos participantes se ausentaram por morarem distantes do local da audiência.

Principais temas levantados nas audiências públicas

O número total de intervenções foi aproximado nas três audiências, sendo maior em Angra dos Reis. Os temas mais tratados em Angra dos Reis foram os questionamentos sobre o EIA-RIMA, a conformação da área de influência, o tráfego de embarcações e navios e os impactos socioeconômicos.

Tabela 14: Número de intervenções por tema, por audiência pública, diferenciados entre o total de participantes, os membros da equipe do Redes, os cursistas do Maré de Saberes e os participantes de formações realizadas pelo Redes

Temas	Total			Redes			Maré			Formações		
	AR	CG	IB	AR	CG	IB	AR	CG	IB	AR	CG	IB
Proc. de licenciamento ambiental	4	1	3	2	1	1	1		1	3	1	1
Formato e org. da audiência pública	5	5	4		1	4				4	4	3
EIA-RIMA	14	5	5				2	1		4	3	1
Conformação da área de influência	12	4	2	3	2		1			3	3	
Questões de projeto	3		2									
Tráfego de embarcações e navios	6	1	1	1			1			3		1
Emergência e riscos de vazamentos	1		9									
Poluição, emissões e efeito estufa		1	3		1				1		1	1
Impactos ambientais	2	3	3			1	1					1
Impactos socioeconômicos	6	4		1	3		1	1		1	2	
Impactos na atividade pesqueira	2	1	3		1	1				1	1	
Medidas mitig. e compensatórias	1	4	2	1	1	2			1	1	1	
Consultas públicas e OIT/169	5	7	5		3		2	1		5	5	
Royalties, invest., ger. de emp. e renda	1	2	5	1	1		1			1	1	
Questões processuais												
Outros	4	7	5	1	3	1	1			2	3	
Total	66	45	52	10	17	10	11	3	3	28	25	8

*AR – Angra dos Reis, CG – Caragatatuba, IB – Ilhabela

Fonte: Transcrições e atas sumárias das audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal na Bacia de Santos

Desde a primeira audiência, realizada em abril no município de Angra dos Reis, a partir da expressiva participação popular alinhada em suas narrativas de enfrentamento, foi possível gerar alteração do EIA, gerando desdobramentos positivos que abarcam para além dos municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty, (municípios contemplados pela audiência pública de Angra dos Reis). Dentre essas modificações, está a ampliação da área de influência do empreendimento, o que confere expansão também da possibilidade de projetos de mitigação e compensação para os impactos sentidos nesses municípios. É importante ressaltar que esse é um tema que foi densamente tratado nos encontros de formação, se caracterizando enquanto conquista de uma alteração implementada no EIA.

Havia um questionamento bastante contundente dos participantes em relação à exclusão de Mangaratiba, Angra dos Reis e Paraty da área de influência. Ocorre que logo no início da audiência pública foi anunciado que essa área de influência seria revista, o que se por um lado representou uma vitória para o movimento presente, demonstrou ser problemático por concentrar a preocupação dos participantes num assunto que poderia já estar resolvido antes da audiência, de modo a deixar outros temas ganharem maior

destaque. A audiência pública debateu um documento que já chegou defasado para o dia do debate.

Em Caraguatatuba, os temas não se concentraram tanto, ficando o principal deles a necessidade de consulta às populações tradicionais seguindo a Convenção 169 da OIT. Já em Ilhabela o principal tema foi emergência e riscos de vazamentos, o que pode ter relação com os casos históricos de vazamentos de óleo ocorridos em São Sebastião desde os anos 1970 (ver Estevan, 2023).

Tendo em vista os temas trabalhados nos encontros de formação, verifica-se uma confluência direta entre os temas mais abordados nas audiências com os temas trabalhados nas formações, com destaque para as discussões em torno dos “Estudos e impactos ambientais (EIA/RIMA)”, a “Conformação da área de influência”, a realização de “Consultas públicas” e a questão da “Convenção 169 da OIT” e os “impactos socioeconômicos”.

Entre os temas, podemos observar que em alguns deles as intervenções dos membros da equipe do Projeto Redes, dos cursistas do Maré de Saberes e dos que estiveram presentes nas formações prévias foram determinantes para que ganhassem alguma expressão no total de intervenções. São os casos do questionamento ao processo de licenciamento ambiental, ao formato e organização da audiência pública, a necessidade de consulta conforme Convenção 169 da OIT, o questionamento ao EIA-Rima e à conformação da área de influência (especialmente na de Caraguatatuba), o tráfego de embarcações e navios aliviadores, os impactos socioeconômicos (na de Caraguatatuba), os impactos na atividade pesqueira e as medidas mitigadoras e compensatórias.

3.5.1 Aprofundamento de alguns temas a partir de trechos destacados

A partir das transcrições das falas disponíveis no processo da Etapa 4 do Pré-sal, selecionamos alguns trechos para exemplificar a forma como cada tema aparece nas falas. Pelo fato do documento da transcrição da audiência pública de Caraguatatuba estar com os dados da audiência realizada em Santos, não foi possível inserir as falas diretas dos participantes no corpo do texto. Utilizamos a lista de perguntas escritas e a Ata Sumária para evidenciar alguns temas das falas realizadas pelos participantes.

A audiência pública de Ilhabela contou com várias intervenções de representantes do poder público municipal, para responder aos questionamentos realizados pelos participantes da audiência. Na transcrição, em muitos momentos aparece o registro “orador não identificado”, por conta das manifestações ocorridas fora do microfone. Nesses casos, não conseguimos realizar os registros.

- *Estudos ambientais EIA/RIMA*

- Solicitação do EIA/RIMA atualizado com as novas informações apresentadas na audiência pública

Eu gostaria de receber o documento atualizado, tem um e-mail da associação - posso passar para vocês - que eu gostaria de receber o documento atualizado com as áreas de influências, aqui da nossa região, bem, lá, explicadinho e explícito. (Angra dos Reis)

- Questionamento sobre o fato de a própria empresa contratar quem faz o estudo.

O EIA/Rima - sem querer até desmerecer os profissionais que trabalharam na pesquisa, né? -, o EIA/Rima, ele já começa errado e a gente... Eu acho que é uma coisa que precisa ser revista, a gente não sabe quem decide isso, mas ele já começa errado já na sua concepção, quando o empreendedor é que contrata a consultoria que vai fazer o EIA/Rima. (Angra dos Reis)

- Solicitação de que a empresa que realiza o estudo procure as associações de pescadores tradicionais para buscar as informações.

Ficou muito feio e ruim não ter consultado nossas associações e colônias, pelo simples fato que se vocês tivessem consultado a gente bem antes de tudo isso acontecer, você teriam muito mais sucesso em relação a saberem a quantidade de pescadores artesanais, catadores de caranguejo e maricultores. (Angra dos Reis)

Questionamento sobre a linguagem técnica do EIA/RIMA. (Caraguatatuba)

As perguntas são feitas, são trazidos aqui diversos relatos de perda de território, de destruição de modo de vida, de prejuízos irreparáveis na vida das pessoas, e as respostas são vagas, técnicas, né, com palavras difíceis, sem trazer nenhum tipo de solução prática e mais imediata para a solução desses problemas, né? Então, a minha pergunta, né, eu acho que ficou já evidente também que o EIA/Rima, atualmente, ele tem diversos problemas, diversas lacunas completamente insuficientes, né? (Ilhabela)

- *Conformação da área de influência*

E eu gostaria de saber, depois das audiências, depois dessas cinco audiências que serão feitas aí, como nós vamos ficar sabendo que os nossos municípios foram incluídos na área de impacto de vocês, nesses estudos novos? (Angra dos Reis)

Questionamento sobre como os estudos não consideram as especificidades dos territórios pesqueiros de acordo com a definição de área de influência segundo a CONAMA. (Caraguatatuba)

- *Tráfego de embarcações de apoio e navios aliviadores*

Somos altamente impactados pelo fluxo de navios que causam consequências como: diminuição de área de pesca, devido à zona de exclusão; risco de trânsito na área perto de petrechos de pesca; impacto... sujeiras lançadas ao mar, né? (Angra dos Reis)

- *Impactos socioeconômicos*

Nós vamos morar onde? Vocês vão continuar fazendo os projetos de vocês, são biólogos experientes, estudados, vão estudar em qualquer outro lugar, vão ganhar o dinheiro de vocês em qualquer outro projeto que vai destruir mais uma população tradicional; e nós vamos continuar, vai acabar o peixe, não vamos poder pescar, vai acabar o turismo, que é disso que a gente vive também. (Angra dos Reis)

As pessoas vêm, olhando esse grande empreendimento, que é o pré-sal, e essa Etapa 4 aí (como já foi dito aqui, né, pode vir... já vem a 4, depois a 5, a 6), e, cada vez mais, vai trazer pessoas para vir para a cidade (eu estou falando mais aqui de Angra dos Reis), mas para toda a Costa Verde - que, daqui a pouco, aqui, de verde, não vai ter mais nada, né? -. Mas é isso. E aí, gente, esse impacto de pessoas morando em um lugar que só tem serra e mar, e que é Angra dos Reis. E, com essa formação de tempestade, que está acontecendo cada vez mais, só se vê o quê? Casas caindo, porque essas pessoas que vem, constrói onde? Nos morros, ou nas beiras das cachoeiras. (Angra dos Reis)

Questionamento sobre os danos causados aos corpos dos povos tradicionais não serem considerados no estudo e nos licenciamentos. Explica que com a chegada de trabalhadores, principalmente homens, aumentam os casos de violência, assédios e outros impactos às mulheres, principalmente mulheres negras. (Caraguatatuba)

- *Formato e organização da audiência pública*

Se não fossem os grupos de avisos de todo mundo, e WhatsApp, e... ficaria muito difícil de todas as comunidades saberem (das

audiências públicas). Então, assim, seria muito legal se fosse mais explícito esse tipo de informação para as comunidades tradicionais, que nem todas elas têm esse acesso [a internet] que nós daqui do continente temos mais, né? É isso. (Angra dos Reis)

Dizer que... primeiramente, repudiar esse formato de mesa, a mim e as comunidades tradicionais, me parece uma mesa colonizadora, e a gente tem que romper com esse ciclo, inclusive o Ibama, inclusive na Audiência Pública, e, principalmente, tratar, aqui nós estamos com: comunidade indígena, comunidade quilombola, caiçaras, ribeirinhas, pescadoras, ciganas, e tantas outras diversidades. Então, assim, minimamente essa mesa teria que ter uma composição um pouco mais diversificada, isso é um ponto. (Angra dos Reis)

Questionamento sobre a proibição de transportar crianças menores de cinco anos para a audiência. (Caraguatatuba)

Questionamento sobre a não contemplação da língua nativa dos indígenas na audiência pública. (Caraguatatuba)

Acho que essa metodologia de audiência tem que ser reavaliada, né, mais dias, um dia para cada município, né? E fica muito evidente para a gente assim, né, a maneira como essas audiências são conduzidas pela Mesa, né? As perguntas são feitas, são trazidos aqui diversos relatos de perda de território, de destruição de modo de vida, de prejuízos irreparáveis na vida das pessoas, e as respostas são vagas, técnicas, né, com palavras difíceis, sem trazer nenhum tipo de solução prática e mais imediata para a solução desses problemas, né? (Ilhabela)

- *Consultas públicas e Convenção 169 da OIT*

Consulta prévia: vocês podem negar, dizer que vocês não são obrigados a fazer a consulta prévia, beleza, mas nós exigimos o nosso direito, nós temos direito à consulta prévia. (Angra dos Reis)

Foi falado aqui que apesar do Brasil ser signatário da OIT 169, muitas coisas não são consideradas no processo de licenciamento, se não são consideradas, nós, o movimento social que estamos na luta, nós, sociedade brasileira, devemos levar essa denúncia para a Organização Internacional, porque já que o Brasil assinou, ele tem que respeitar. Isso tem que ser seguido e foi falado aqui, inclusive, pela própria Petrobras, que é uma empresa do Estado, né? (Angra dos Reis)

“Por que não existiu a consulta prévia informada às comunidades tradicionais, principalmente as pesqueiras?” (Caraguatatuba)

Um outro ponto, sobre a necessidade da consulta livre, prévia e informada, eu gostaria de parabenizar e reconhecer os avanços que a gente está tendo nesse processo de licenciamento com relação a isso, oxalá se expanda para outros empreendimentos. Protocolo de consulta se refere a empreendimento, então que se mude o

paradigma no nosso país. Porém, Audiência Pública não é consulta livre, prévia e informada, como está ali naquele cartaz; e Projeto Povos não é consulta livre, prévia e informada. O Projeto Povos caracteriza povos e comunidades tradicionais a partir deles. Finalmente, estamos vendo se materializar na nossa região mapeamentos feitos pelos sujeitos mapeados. Isso é Projeto Povos, é caracterização. (Ilhabela)

- *Medidas mitigadoras e compensatórias*

Solicitação de um Comitê de Acompanhamento das Condicionantes.
(Caraguatatuba)

- *Emergência, riscos de vazamentos:*

O derramamento de 2013 causou um grande impacto dentro da nossa comunidade, em todo o litoral e outras regiões. Gente, é muito triste ver a tragédia de São Sebastião (é verdade, gente, uma tragédia anunciada onde muitas pessoas se foram), mas também é muito triste ver um pescador, que sai de manhã cedo para ir para o mar, e às vezes não consegue tirar o seu sustento, por quê? Porque o impacto é muito grande, gente. (Ilhabela)

Como que vai ser o controle e a divulgação dos derramamentos de óleo para nós, sociedade? (Ilhabela)

- *Temas da categoria “Outros”*

- Saúde mental dos pescadores/pescadoras

Então, assim, quando se mexe em toda a questão do bioma nosso, essas comunidades sofrem impacto, o impacto social, o impacto mental, o impacto de depressão nos nossos pescadores, é terrível! Assim, nós estamos levantando vários impactos (várias cadeias de impacto), inclusive, não consta no relatório de vocês. (Angra dos Reis)

- Protocolo do Relatório Analítico de Perdas e Danos Decorrentes da Presença da Economia do Petróleo e Gás em Comunidades Tradicionais do Litoral Sul Fluminense e Norte Paulista

Queria fazer uma fala aqui, trazendo um documento que aponta um pouco das questões que nós percebemos ao longo desse debate que foi feito, através do estudo de impactos ambientais, que, inclusive, gostaria de pedir desculpas e licença aos companheiros e companheiras que também são colaboradores da mesma frente que eu estou atuando como pesquisador, para poder ler em nome aqui da equipe, como um todo. Estamos direcionando esse documento ao Ibama, ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro e ao Ministério Público Federal. (Angra dos Reis)

Executante



Empreendedor



Órgão Licenciador



A realização do Projeto Redes é uma medida de mitigação exigida pelo licenciamento ambiental federal, conduzido pelo IBAMA.

Parceiros



OBSERVATÓRIO DE SAÚDE DA BOCAÍNA



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



➤ Respeito ao povo tradicional e seus saberes

Nós, enquanto comunidades tradicionais, a gente não pede, a gente exige, porque além dos tratados que já foram falados aqui antecipadamente, a gente tem que exigir, nós vamos protocolar documentos aqui hoje exigindo, reuniões públicas, reuniões na qual esse caráter, esse formato de mesa seja desconstruído, até para poder dialogar minimamente com respeito ao nosso povo. (Angra dos Reis)

Senhores, né, nós não queremos fama, nós só queremos respeito, né? Principalmente nos projetos, nos planos, né? Eu estou usando luta pela vida, eu luto pela vida. Eu quero que o meu povo, meu povo tradicional, seja respeitado, eu quero que você respeite o meu território. Eu peço a vocês que respeitem o meu meritório. Cadê o meu peixe? Cadê o meu mato? Cadê o meu rio? Os grandes empreendimentos que chegam no território não respeitam o nosso povo. E vocês, que são responsáveis por esses grandes empreendimentos, que me olham como um povo indígena, que me olham como um povo tradicional, nós tínhamos nosso ouro, meu ouro é meu mato, meu ouro é meu mar, meu ouro é meu rio, e tudo isso nós tínhamos e vocês acabaram. Vocês acabaram! E nós estamos aqui resistindo, sempre lutaremos pelo nosso direito, sempre lutaremos pela resistência do nosso povo. Os progressos... Vocês trabalham nos progressos da morte e eu trabalho no meu progresso da vida, e onde sempre lutaremos pela vida, pela resistência do nosso povo. (Angra dos Reis)

➤ Protesto realizado no início da audiência contra o Marco Temporal. (Caraguatatuba)

➤ O respeito às comunidades tradicionais. (Caraguatatuba)

➤ Leilão Reverso (Caraguatatuba)

“Por que foi permitido o leilão reverso? Quem permitiu?”
(Caraguatatuba)

➤ Racismo ambiental (Caraguatatuba)

Questionamento sobre o racismo ambiental sofrido pelas comunidades quando são impedidos de realizar suas atividades no maretório enquanto os navios aliviadores e demais embarcações afetam diariamente o cotidiano das populações. (Caraguatatuba)

➤ Tragédia-crime ocorrida em São Sebastião – SP (Ilhabela)

- Mudanças Climáticas (Ilhabela)
- Transição energética (Ilhabela)

3.5.2 Problemas apresentados nas audiências públicas

Um elemento de contestação que demonstra a limitação do instrumento em questão é a falta de margem para movimentos de adaptação em relação à realização da audiência pública. No caso de Ilhabela, houve sobreposição com outra audiência, ocorrida na cidade de São Paulo (SP), para tratar das problemáticas relacionadas à tragédia-crime que assolou a região de Ilhabela e São Sebastião em fevereiro do presente ano (2023). Enquanto uma pauta fundamental e urgente, que incidiu inclusive em questões relacionadas diretamente ao acesso a políticas de habitação em alguns casos, a sobreposição destas agendas resultou no esvaziamento da audiência pública ocorrida em Ilhabela, visto que um número expressivo de atingidos e de lideranças havia se mobilizado para estar presente na audiência ocorrida na cidade de São Paulo.

Outro ponto de descontentamento esteve relacionado à linguagem demasiadamente técnica utilizada na explanação das questões durante as audiências públicas. Essa tensão foi abordada por diversos sujeitos, de dentro e de fora do contexto do Redes, do Maré de Saberes e de presentes nas formações. Foram mencionadas possibilidades de elucidação a partir do uso de vídeos, imagens e mesmo a realização de um processo de tradução/facilitação do processo como um todo, visando uma apreensão mais efetiva. Ainda que no início das audiências seja apresentado um vídeo sobre o processo, o vídeo também utiliza uma linguagem demasiadamente técnica e se dá de forma extremamente acelerada, de forma que se torna quase impossível se apropriar do expressivo conjunto de informações compartilhadas. Esse é um elemento central, que deve levar em consideração a criação de estratégias de comunicação facilitadoras, visto que, o alcance da audiência pública pode ficar limitado caso não se consiga utilizar uma linguagem capaz de efetivar a comunicação com os grupos impactados.

Ainda, um terceiro ponto que merece destaque e que foi seguidamente contestado nas três audiências foi a não realização, em nenhuma das etapas

do empreendimento, da Consulta Livre, Prévia e Informada, conforme consta na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a qual o Brasil é signatário. Conforme foi apontado, o descumprimento dessa lei compromete a legitimidade do empreendimento.

Sobre os transportes disponibilizados pela Petrobras para o acesso à audiência, não é oferecida a estrutura necessária para os participantes que levam seus filhos. No caso dos que tem filhos menores de cinco anos, essas pessoas ficam impossibilitadas de utilizar o transporte oferecido pela empresa. Na audiência pública de Caraguatatuba foram relatadas situações de que mulheres não puderam ingressar no transporte por estarem com crianças menores de cinco anos, sendo obrigadas a desmobilizarem suas idas para a audiência. Tal fato pode ser considerado além de um constrangimento, a negação de um direito, visto que impede a participação dessas mães num importante e escasso espaço de contestação. Portanto, fica registrada a necessidade de um melhor planejamento em relação à configuração dos transportes, de forma que se torne mais inclusivo em relação às crianças de todas as idades, que, na maioria dos casos, precisarão estar presentes para que suas mães assim também estejam.

A audiência de Angra dos Reis apresentou uma grande adesão aos transportes disponibilizados, porque a área de abrangência do evento foi bem maior, incluindo os municípios de Paraty, Mangaratiba e Itaguaí. A aglutinação de municípios abarcados na audiência traz alguns problemas, que se intensificam ainda mais para as comunidades tradicionais, com suas dinâmicas próprias de deslocamento.

Pessoas de outros municípios tiveram que se deslocar de suas cidades para estarem presentes nas audiências, precisando sair muito cedo de suas casas. Algumas pessoas precisaram utilizar embarcações ou realizar trilhas para estarem presentes. Com o horário avançado de término, a presença até o final, ou até a ida, ficou prejudicada. Como as audiências possuem uma longa duração, isso limita a participação de um maior número de pessoas e a permanência até o final. Muitas pessoas precisaram ir embora antes do término da audiência pública e não tiveram a oportunidade de serem ouvidas através das manifestações orais e/ou de ter seu questionamento respondido nas perguntas escritas. Não podiam sequer assistir a resposta à pergunta realizada posteriormente pelo vídeo disponível na internet, visto que, caso a

peessoa não estivesse mais presente, a pergunta não era nem mesmo lida, conforme já foi relatado.

Portanto, ficam registrados os problemas encontrados devido a essa aglutinação de municípios e a solicitação para que, daqui em diante, haja uma audiência pública por município impactado, visando possibilitar uma melhor configuração de acesso, permanência, chegada e saída das audiências. E para que os sujeitos atingidos possam, de fato, tirar o maior proveito possível do espaço em questão, sem que isso represente a necessidade de passar por constrangimentos.

3.6 Conclusões

3.6.1 O papel do Projeto Redes na qualificação das intervenções

A partir do acompanhamento presencial das formações e das audiências públicas fica evidente o papel que o Projeto Redes vem desempenhando no processo de fortalecimento das organizações comunitárias para incidirem sobre o licenciamento ambiental e a gestão ambiental do território. Esse movimento de fortalecimento foi verificado ao longo das próprias audiências, que contaram com ampla presença de comunitários, lideranças, membros do projeto Redes, do Projeto Povos e dos cursistas do Maré de Saberes. O tratamento dos dados buscou verificar a partir de modo quantitativo aquilo que havia sido percebido em termos qualitativos nas impressões gerais sobre a participação nas audiências.

Com os cruzamentos dos dados, conseguimos traçar um fio condutor que conecta diretamente as ações de formação, as narrativas e estudos realizados nesses espaços aos processos de mobilização, participação e intervenção realizados nas audiências. As temáticas trabalhadas nos diferentes eventos de formação foram visivelmente apropriadas por parte relevante dos comunitários que neles estiveram presentes, embasando as intervenções realizadas na audiência.

Ressaltamos a mobilização e participação expressiva de pessoas de localidades abarcadas pelo Projeto Redes nas audiências públicas. Considerando o total de localidades declaradas em cada audiência pública, 54% delas fazem parte de comunidades com atuação do Projeto Redes.

Em relação às questões de gênero, percebemos que tanto o projeto Redes como o curso Maré de Saberes têm conseguido mobilizar as mulheres de forma mais expressiva, tanto em termos de presença em eventos formativos quanto na qualificação de intervenções realizadas nas audiências estudadas.

As mobilizações realizadas em função das audiências públicas contribuíram no processo de reflexão, em resposta ao aprofundamento da exploração dos recursos naturais e das ameaças ao território, refletindo nas temáticas das intervenções realizadas. Destacamos a contribuição das formações no fortalecimento das construções argumentativas para uma participação qualificada no momento das audiências públicas.

Tabela 6: Síntese das informações obtidas sobre as três audiências públicas analisadas

Variáveis pesquisadas	Angra dos Reis	Caraguatatuba	Ilhabela
Total de presentes	438	215	342
Uso do transporte disponibilizado pela Petrobras	191	72	18
Presentes do Projeto Redes	25	18	16
Presentes do Maré de Saberes	18	8	8
Presentes que estiveram em formação do Projeto Redes	46	33	21
Total de pessoas diferentes que realizaram intervenções	68	37	52
Intervenções realizadas por membros do Redes	8	7	11
Intervenções realizadas por cursistas do Maré de Saberes	10	3	7
Intervenções de pessoas que participaram de formação	21	17	10
Localidades declaradas	47	18	22
Localidades declaradas de atuação do Redes	20	10	14
Organizações declaradas	48	21	48
Organizações comunitárias presentes	23	8	12
Documentos protocolados	8	4	7

Fonte: Listas de presença, atas sumárias e transcrições das audiências públicas da Etapa 4 do Pré-sal na Bacia de Santos

A tabela síntese apresenta as informações quantitativas acerca das três audiências de forma sintetizada, buscando favorecer a apreensão visual dos resultados encontrados ao longo do processo de pesquisa.

3.6.2 Questões para debate

Participação social em decisões estratégicas

O planejamento ambiental no país passa pela definição primeiro de Políticas, que se desdobram em diferentes Planos, que por sua vez dão origem a Programas. A tomada de decisão sobre as Políticas, Planos e Programas (PPP) ocorre em esferas mais estratégicas de planejamento, prévias ao delineamento dos Projetos, como é o caso dos empreendimentos de exploração do Pré Sal. Assim, a tomada de decisão sobre as PPP apresenta participação popular mais restrita ou inexistente, quando se considera o contexto dos povos e comunidades tradicionais da região do Projeto Redes. E a tomada de decisão sobre os projetos, na qual estão incluídas as Audiências Públicas, ocorrem quando as PPP já estão todas definidas. A rigor, a discussão sobre a mudança na matriz energética, por exemplo, não caberia no espaço de uma Audiência Pública, já que se trata de uma discussão mais estratégica, cujo direcionamento já foi tomado em passos anteriores do planejamento do setor energético do país. No entanto, questionamentos sobre a matriz energética, sobre vazamentos de óleo e manchas órfãs, por exemplo, ocorrem historicamente em Audiências Públicas na região do litoral norte paulista e sul fluminense, e indicam uma demanda crescente dos povos e comunidades tradicionais da região por serem incluídos em espaços de tomada de decisão mais estratégicos, como nas PPP.

Ibama como fiscalizador e licenciador

O papel do órgão licenciador, como é o caso do IBAMA, é muitas vezes ofuscado pelo seu outro papel enquanto órgão fiscalizador. Quando se trata de um público de comunitários composto majoritariamente por caiçaras e pescadores/pescadoras, a confusão entre o papel de licenciador e de fiscalizador leva a uma resposta enfática do público contrária à ação da fiscalização, que acaba dominando o diálogo que deveria ser especificamente

sobre o tema do licenciamento. O tema "fiscalização" se confunde com o tema "licenciamento" e provoca a emersão de sentimentos que estão enraizados por gerações em alguns destes comunitários, pelos mais diversos motivos. O processo de diferenciação entre estes papéis do Ibama demanda um trabalho que requer tempo e dedicação. A diferenciação destes papéis é tema de várias das formações realizadas no âmbito do Projeto Redes, mas seus resultados não poderão ser sentidos de forma completa e imediata.

Apropriação da legislação e do licenciamento ambiental

A legislação ambiental brasileira e o licenciamento ambiental, como integrante desta agenda, são bastante abrangentes e seu entendimento é complexo. A participação nas audiências públicas faz parte do processo de apropriação sobre o assunto do licenciamento ambiental. E este tema complexo não encontra possibilidade de apropriação plena e generalizada em curto prazo.

Diante da complexidade da dinâmica em questão, que se manifesta enquanto uma atividade econômica com consequências sociais multiescalares, aponta-se como necessário um processo contínuo de formação e qualificação acerca do licenciamento em questão. Somente a construção pautada na troca e com os subsídios necessários para abarcar a amplitude de territórios de atuação do Projeto Redes será capaz de promover, com o tempo, a construção de uma apreensão e de um entendimento cada vez mais efetivo sobre o licenciamento, as disputas em questão e os impactos sofridos pelos territórios tradicionais causados pela cadeia de petróleo e gás. É preciso manter o foco em criar oportunidades de abordagem destes temas durante as formações durante e após a finalização do Projeto Redes.

Conhecimentos das comunidades sobre os impactos que sofrem

O monitoramento dos temas tratados irá contribuir para a avaliação e reflexão de caminhos possíveis, identificando questões a serem trabalhadas para qualificar ainda mais a continuidade do processo formativo. Tendo em vista o enorme conhecimento presente nos territórios tradicionais sobre as dinâmicas espaciais neles presentes, é fato que uma participação mais efetiva dos povos e comunidades tradicionais atingidos é fundamental para a redução

das perdas e danos associados à continuidade e à ampliação de um megaempreendimento de tamanha expressividade.

Embora alguns pontos de reivindicação não estejam diretamente associados ao processo de exploração de petróleo e gás da etapa 4, é importante ressaltar que são intervenções alimentadas por sentimentos de exclusão e injustiça social e que encontram no contexto da audiência pública um espaço para serem explicitadas. O tráfego de navios aliviadores, por exemplo, não está incluído no licenciamento da extração do petróleo, mas geralmente é muito citado por mobilizar a preocupação com os impactos sobre a pesca e possíveis vazamentos de óleo. Quando as reivindicações fogem do âmbito definido pelo licenciamento, não é por falta de compreensão dos impactos associados à presente etapa e nem às atribuições de cada instância, mas manifestações legítimas da discordância em relação a como o processo de licenciamento é gerido e organizado. A fragmentação do instrumento de licenciamento ambiental traz desdobramentos diversos para as comunidades atingidas, que muitas vezes não encontram espaço para serem considerados.

Ao longo dos encontros de formação, diversos assuntos, dúvidas e questionamentos surgiram acerca do processo de licenciamento como um todo. Muitas vezes essas questões diziam respeito a outra instância responsável, ou mesmo a outra etapa do licenciamento. No entanto, é necessário ter em vista o caráter de contestação atribuído ao espaço da audiência pública e que, além de educadores e participantes do Maré de Saberes ou do Redes, os sujeitos presentes nas audiências se configuram enquanto sujeitos atingidos diretamente pelo megaempreendimento que representa a exploração de petróleo e gás na bacia de Santos e por todos os seus desdobramentos.

Licenciamento fragmentado, impactos integrados

Em diversos casos, a fragmentação do licenciamento ambiental fragiliza a mobilização das populações atingidas, uma vez que a prática da fragmentação esvazia ou apaga o caráter cumulativo desses processos sobre o território e o modo de vida tradicional. Isso torna o enfrentamento ainda mais complexo, visto que exige a apreensão simultânea de diversos licenciamentos ambientais que se relacionam diretamente e que se justificam por uma atividade central, que é a exploração e o comércio de petróleo e gás. Tendo

isso em vista, conforme foram solicitadas durante as audiências, aponta-se a necessidade de encontros e reuniões ampliadas, abertas, gerando espaços de reflexão e debate sobre as questões ligadas ao licenciamento e aos próprios entraves relacionados a isso, com a presença de membros do IBAMA e da Petrobras com disponibilidade para ouvir e trocar, a partir da utilização de uma linguagem que se faça compreender para os sujeitos atingidos em questão.

3.6.3 *Diálogo sobre os apontamentos do Ibama*

Quando já tínhamos iniciado a pesquisa que resultou na avaliação das audiências públicas, recebemos o parecer do Ibama sobre o 2º Relatório Anual (2022). Nele constam alguns apontamentos que devem direcionar as ações do Projeto Redes, mas que são também proposições para o diálogo. Acreditamos que o detalhamento e as análises produzidas sobre as audiências públicas e o papel do Projeto Redes no processo de licenciamento podem contribuir nesse diálogo, trazendo novos elementos para a análise do Ibama, numa perspectiva que leve em conta as várias dimensões presentes tanto nos processos formativos, quanto nos eventos específicos das audiências.

Entendemos a necessidade de resguardar o conceito de responsabilidade objetiva. A questão que fica como desafio é como estabelecer nexos causais entre ações degradadoras e agentes poluidores. De alguma forma, a identificação de um impacto, sua nomeação e sua constatação objetiva dependem de um processo discursivo intersubjetivo no qual o impacto é enunciado e reconhecido num processo complexo, que muitas vezes não está definido a priori.

A história das lutas ambientalistas é repleta de situações em que os problemas ambientais que não eram considerados como problemas ou impactos passaram a ser a partir de movimentos políticos e estudos científicos que conseguiram, de um lado, pautar o debate público sobre o problema e, de outro lado, demonstrar tecnicamente os nexos causais entre agentes poluidores e os impactos.

A resposta do licenciamento à diversidade de questionamentos feitos numa audiência pública faz parte do processo de delimitação entre o que é possível de ser considerado como impacto e o que não é, no contexto legal e institucional existente. Nesse processo, a aprendizagem social ocorre tanto

quando se efetiva as exigências em relação ao que a legislação constituída permite cobrar, como quando se justifica de modo compreensível aquilo que não pode ser incluído no licenciamento.

Logo, a preocupação em relação ao erro/acerto, considerado pontualmente, pode ser superada pelo entendimento processual da educação ambiental, em que a audiência pública pode ser vista como um momento num processo mais amplo de aprendizagem.

Embora a abordagem técnica sobre o regramento do licenciamento seja mais restrita, o processo de tomada de consciência sobre os problemas ambientais relacionados à atividade do petróleo e gás ocorre a partir de uma percepção integrada de seus efeitos sobre a dinâmica do território e da vida. Os processos educativos partem dessa “leitura do mundo” para a “leitura das palavras”, numa perspectiva freireana, o que nesse caso pode ser associado aqui à leitura integrada dos impactos para a leitura restrita imposta pela objetividade da lei vigente. A restrição à letra da lei pode acabar por suprimir a compreensão integrada dos fenômenos, restringindo os limites do mundo aos limites de uma única linguagem e um único enquadramento, que deveria ser visto como contingente.

O Ibama aponta a necessidade de evidenciar a correlação objetiva entre a percepção de danos e os impactos provocados pela produção marítima de petróleo e gás. Concordamos com a necessidade apontada, entendendo que há um arco temporal que é preciso se concluir para que os apontamentos intersubjetivos possam vir a se configurar como objetivos. E o diálogo com o licenciamento é parte substancial desse processo.

Buscamos analisar o momento das audiências públicas a partir da complexidade que lhe é própria, apresentando o debate contido nas falas dentro de uma configuração objetiva de participação social que tem uma dimensão territorial e organizativa específica. Desta forma, acreditamos trazer elementos que permitam ao Ibama qualificar melhor a percepção sobre as intervenções, no sentido de ser mais específico em relação ao apontamento das fragilidades e interpretações equivocadas e de situar melhor o papel dos educadores e comunitários na audiência pública. Muitas vezes a precisão técnica da participação pode ser atingida através da supressão do conteúdo que se apresenta como subjetivo, emocional e político, o que exclui linguagens, epistemes e sujeitos do processo de participação. É significativo

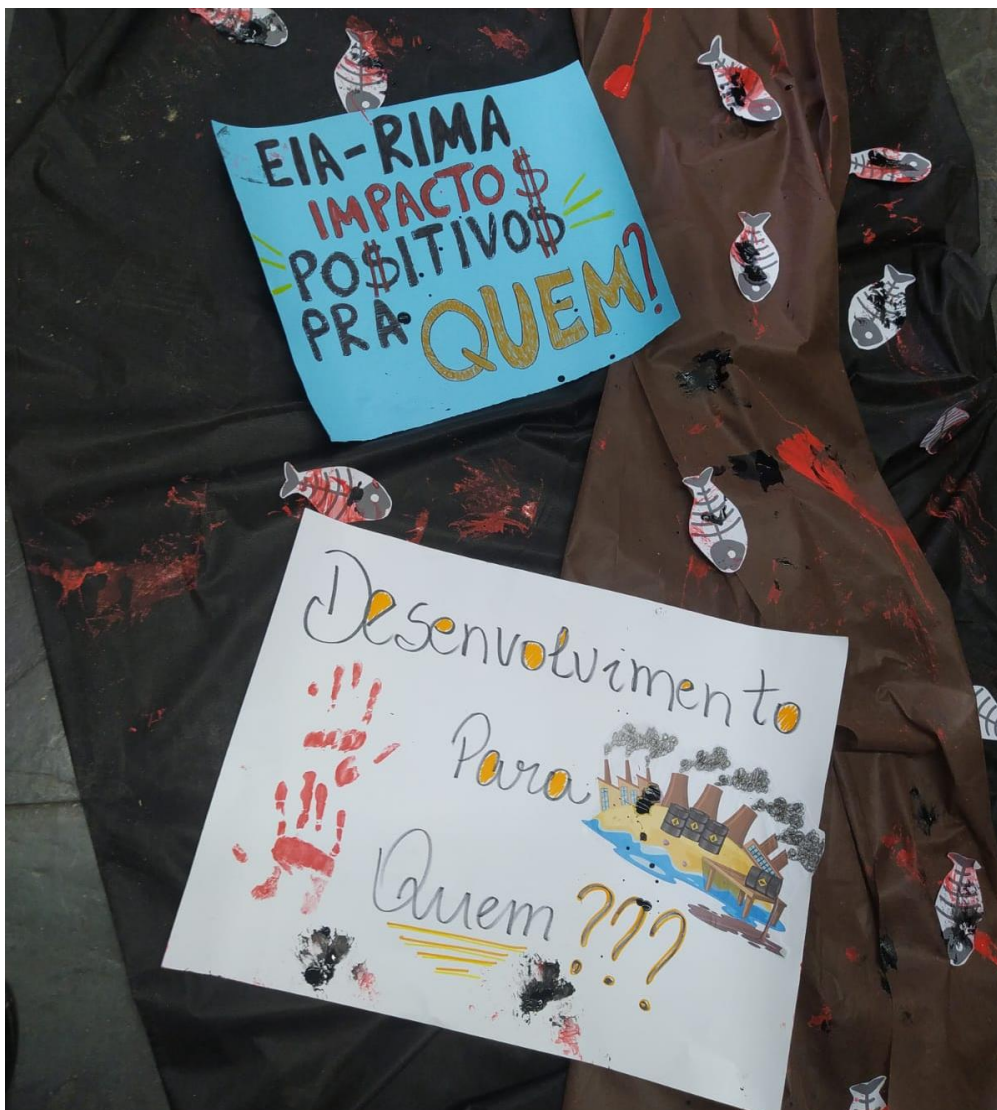
que justamente o Projeto Redes tenha trazido à audiência um aporte expressivamente mais feminino e comunitário do que a média da composição dos participantes e, principalmente, da composição da mesa.

Além disso, há que se considerar que uma abordagem tecnopolítica sobre o licenciamento, expressa na participação nas audiências públicas, parte do encontro entre argumentações técnicas e políticas, cada uma delas com sua lógica própria, que devem ser aproximadas e mutuamente afetadas para que a efetividade técnica e política de uma audiência pública seja alcançada.



No esquema acima buscamos detalhar as lógicas subjacentes às argumentações técnicas e políticas e a compreensão dos mecanismos que devem operar num tempo de aprendizagem para que se alcance a “democratização do processo de licenciamento ambiental e da gestão das ações de transformação da realidade local”, como preconiza a nota técnica do Ibama (2010) sobre a Linha de Ação A dos projetos de educação ambiental. A partir desse esquema, podemos situar as diferentes falas existentes na audiência num espectro que transita entre formulações polarizadas entre as argumentações técnica e política e as que conseguem integrar ambos os aspectos numa abordagem tecnopolítica, que deve ser o ponto de chegada de um processo educativo que se completa.

Figura 8: Cartazes levados para audiência pública da Etapa 4 do Pré-sal



Fonte: Arquivo – GT Pesquisa

Referências bibliográficas

BRASIL. Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

HAESBAERT, Rogerio. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia - UFF, 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. Novos estudos CEBRAP, p. 71-94, 2007.

SVAMPA, Maristella. As fronteiras do neoextrativismo na América Latina. Conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências. São Paulo: Editora Elefante, 2019